



# Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Bevaldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O presente documento tem a finalidade de solicitar justificativa de falta para os dias 28 e 29 de agosto, onde estarei participando de reuniões com agricultores em Medianeira e em Nova Prata do Iguaçu, reunião com técnicos da COPEL, Prefeitos e Agricultores para definir aquisição de áreas para assentamento dos agricultores que terão suas terras inundadas com a construção da Usina de Salto Caxias.

Certo de seu pronto entendimento, agradeço antecipadamente, e aproveito a oportunidade para externar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) IRINEU COLOMBO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, com fundamento no art. 182 do Regimento Interno deste Poder, e após, ouvido o Plenário, regime de urgência do Projeto de Resolução sob n° 24/95, que dispõe sobre criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos.

A proposição supra referida encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa desde 1º de junho do corrente, ultrapassando o prazo regimental para a emissão de parecer, bem como o trâmite para as outras comissões, como de praxe.

Impende ressaltar que a temática pertinente à Comissão é de suma importância para a sociedade como um todo, e está vinculada a função legisferante deste Poder, além de que a Magna Carta Federal teve a preocupação de destacar seu importante papel, entre os princípios fundamentais da República.

Assim, urge que o projeto seja apreciado o quanto antes, até como uma demonstração de respeito aos eleitores paranaenses.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamto: Doutor Rosinha, Emerson Nerone e Péricles de Mello.

REQUERIMENTO N° 2460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 309/95.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Roberto Alves, conhecido como "Tatinha", ocorrido dia 25 de agosto no Município de Cianorte.

Pessoa muito estimada, dedicado ao trabalho, destacou-se como líder comunitário e deixará enlutados, parentes, amigos e toda a comunidade cianortense.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Fernão Dias, n° 55, em Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) EDNO GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 2445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rachel Florenzano Wrelling, no dia 28/08/95.

Pessoa com grande número de amigos, deixa familiares e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua 07 de Setembro, 74 - Centro - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jair Camilo da Costa, em 23/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada à Rua Santa Cecília, 219 - Núcleo Borsato - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem do seu aniversário de Emancipação

Política comemorado no dia 26 de agosto próximo passado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Antônio de Castro, Prefeito Municipal (Rua J. E. Rezende, 686); aos Vereadores José Cirilo, Presidente da Câmara Municipal; Edmar Alves de Oliveira; Lúcio Sotocorno; João Antunes Pereira; Ivo Edson Bernadelli; Elin Teologides Barberi; Cícero Letrinta; Albino Casagrande Neto; Adonias Gonçalves; Paulo Roberto Ferreira Neto e Augusto Rodrigues Duarte (Câmara Municipal, Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - 1° andar, Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data comemorada com todas as famílias que moram em Cruzeiro do Oeste, é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste município, que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciando ao homem, ao trabalhador, cada vez mais e melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 2453

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Municipal de Suinocultores de Laranjeiras do Sul - AMSLS, pela realização do 10° aniversário da Associação dos Suinocultores, do 4° Encontro Regional de Suinocultores e da 2ª Festa do Porco e Derivados, ocorridos nos dias 19 e 20 de agosto do corrente, em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação dos Suinocultores - AMSLS, Senhor Dorival J. Korobinski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, n° 422, CEP 85301-060, no Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
NEREU MOURA

REQUERIMENTO N° 2454

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, pela realização do 10º aniversário da Associação dos Suinocultores, do 4º Encontro Regional de Suinocultores e da 2ª Festa do Porco e Derivados, ocorridos nos dias 19 e 20 de agosto do corrente, em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor José Augusto Beck Lima, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Rui Barbosa, nº 01, CEP 85304-000, no Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO N° 2448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de Louvor à A.M.O. - Associação Maringaense de Odontologia, pela posse de sua nova diretoria, acontecida no dia 29/07/95, comunicando-se a seu Presidente - Doutor Wagner João Carreira, à Praça Raposo Tavares, 36 - 9º andar, conjuntos 901/902, em Maringá - CEP 87013-922.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 29 de julho de 1995, a A.M.O. - Associação Maringaense de Odontologia, empossou sua nova diretoria, cuja presidência ficou a cargo do conceituado odontólogo Dr. Wagner João Carreira.

Essa passagem, enseja oportunidade para louvar a atuação da entidade como legítima instituição representativa da classe dos odontólogos e indispensável à segurança e à saúde da população.

Fundada em 01.06.53, com atuação destacada, tanto no interesse da valorização profissional do odontólogo, como para obter a cada dia melhores condições para bem servir a população, a entidade firma-se como imprescindível para a categoria que representa e para a sociedade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, instituição representativa e expressão final da vontade popular, com essa manifestação de louvor faz justiça à Associação, reconhecendo sua legitimidade como entidade classista e a importância que a categoria dos odontólogos representa para a segurança e à saúde da população.

#### REQUERIMENTO N° 2449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor à Associação Maringaense dos Farmacêuticos, pela posse da nova Diretoria, acontecida no dia 18 de agosto próximo passado.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao seu Presidente - Senhor Célio Natera Pegorari, cientificando-se também o Senhor Heber Gonçalves, ex-Presidente da entidade.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 18 de agosto a Associação Maringaense dos Farmacêuticos empossou sua nova diretoria, com mandato para o biênio de 1995 até 1997. Nessa oportunidade, cumpre ressaltar a atuação da entidade, que tem desenvolvido importante trabalho, tanto para valorizar o farmacêutico como profissional indispensável à segurança e bem estar da sociedade, como para conquistar condições de bem exercer sua nobre missão.

Nos anos de 1984 e 1985 assumiu papel de destaque na defesa das prerrogativas da profissão, lutando bravamente e encabeçando o grande movimento nacional em defesa da lei que instituiu a obrigatoriedade do farmacêutico na farmácia, importante fator de segurança para a saúde da população.

Desse movimento surgiram grandes lideranças locais que se destacam no cenário nacional. Em função desse movimento o Paraná permanece como exemplo de seriedade profissional e respeito à categoria dos farmacêuticos.

A Assembléia Legislativa, instituição representativa e expressão final da vontade popular, com essa manifestação faz justiça à Associação Maringaense dos Farmacêuticos, reconhecendo sua legitimidade como entidade classista e a importância que a categoria dos farmacêuticos representa para a segurança à saúde da população.

#### REQUERIMENTO N° 2456

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, com base no art. 54, XXXIV da Constituição do Estado do Paraná, a convocação do Secretário de Finanças Estadual, Senhor Miguel Salomão, para prestar, pessoalmente, informações pertinentes ao pleito da INPACEL sobre a isenção de ICMS e a respectiva posição do Governo Estadual, até o dia 05 de setembro do corrente ano, em sessão pública nesta Casa.

Outrossim, esclarecem ainda que o assunto exige esclarecimentos, em nome dos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, que devem reger a Administração Pública, e, portanto, pode o Secre-

Curitiba, terça, em 29.08.95

Pág. 05

tário ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa ou de informações falsas, conforme dispositivo constitucional supracitado.

Destarte, pelo cumprimento do papel fiscalizador deste Poder Legislativo, aguardamos pleno deferimento.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
FLORISVALDO FIER  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES MELLO

#### REQUERIMENTO N° 2447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Silvío Magalhães de Barros II, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção da cobertura da quadra esportiva polivalente da localidade Barra dos Andrades, no município de Rebouças.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador Bertoldo Irineu Gross, ao qual somamos nosso total apoio, pois, o principal objetivo é proporcionar aos educandos e à coletividade de maneira geral, condições mínimas para a saudável prática esportiva.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Odacir Klein, no sentido de determinar o desenvolvimento de estudos que possibilitem a instalação de um Escritório Regional do DNER em Maringá/PR.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Senhor Wilson Chiminácio, Mui Digno Presidente do SETCAMAR - Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Maringá, a Rua Néu Alves Martins, 2789 - 9°/903 - Maringá/PR - CEP 87013-914.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de um escritório regional do DNER em Maringá, possibilitará o atendimento adequado a uma região de alto crescimento demográfico. A reivindicação do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Maringá, com mais de trezentas empresas associadas, é sem dúvida al-

guma, de grande importância, por tratar-se de interesses econômicos e sociais comuns entre os municípios que pretendem a instalação desse escritório regional, trazendo benefícios incomensuráveis à categoria das transportadoras e à comunidade em geral.

#### REQUERIMENTO N° 2451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Geral do DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Doutor Raimundo Tarcísio Delgado, no sentido de solicitar sua intercessão junto ao Ministério dos Transportes para viabilizar a instalação de um escritório regional do DNER em Maringá/PR, atendendo solicitação feita pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Maringá e da comunidade em geral.

O atendimento a presente solicitação trará benefícios incomensuráveis, não só à categoria das empresas transportadoras de cargas, mas também beneficiará uma região de alto crescimento demográfico.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas - SETCAMAR, à Rua Néu Alves Martins, 2789 - 9°/903 - Maringá/PR - CEP 87013-914, na pessoa de seu Presidente, Senhor Wilson Chiminácio.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### REQUERIMENTO N° 2455

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM inscrição nos Anais desta augusta Casa de Leis, do texto em anexo, do Grupo "TORTURA NUNCA MAIS", do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI  
DOUTOR ROSINHA  
EMERSON NERONE  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES MELLO

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 46/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica instituído o PRÊMIO DIA INTERNACIONAL DA MULHER ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, que será outorgado anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado, aos profissionais e/ou instituições que desenvolverem ou realizarem projetos, pesquisas, serviços, publi-

cações ou emissões de caráter jornalístico e publicitário, ou que promovam atividades de reconhecida importância relativas à promoção da mulher.

Art. 2º - Para efeitos desta resolução, consideram-se temas relacionados à mulher, aqueles que versarem sobre:

I - A cidadania feminina e seu efetivo exercício.

II - A história, a cultura e os valores que determinam a condição da mulher.

III - Temas científicos que levem em conta a busca do reconhecimento da igualdade biológica e intelectual entre homens e mulheres, resguardadas as diferenças próprias de cada gênero.

IV - O papel e a condição da mulher no mercado de trabalho, na família e na sociedade.

V - A produção artística e cultural da mulher e sobre a mulher.

Art. 3º - O prêmio será concedido mediante proposição de qualquer Deputado com assento nesta Casa Legislativa, de acordo com os procedimentos desta resolução.

Art. 4º - A Mesa Executiva nomeará, por sugestão dos Deputados, Comissão Julgadora, presidida por um Parlamentar, constituída de 07 (sete) pessoas, de notório saber, que analisará os projetos, pesquisas, serviços, publicações ou emissões e entregará à Mesa Executiva o resultado de sua avaliação.

Art. 5º - Concorrerão os candidatos que se inscreverem até a data de 10 de fevereiro de cada ano ou sejam indicados pelos Deputados também até esta data, nas categorias de:

I - Projetos e pesquisas, entendendo-se toda a prospecção de caráter técnico e científico sobre assuntos vinculados à mulher, bem como ações concretas cujo objetivo seja a busca da compreensão da problemática feminina em suas diversas expressões, inclusive no campo da arte e da cultura.

II - Serviços, entendendo-se as iniciativas, de caráter inovador, que sirvam de combate às formas inibidoras na plena cidadania da mulher e estimulem seu exercício, elevação de auto-estima e valorização social.

III - Publicações ou emissões, de caráter jornalístico e publicitário, entendendo-se as atividades da área da comunicação, que utilizem as diversas mídias existentes, que tenham como objetivo a denúncia da subalternidade feminina e o combate às visões distorcidas sobre o papel na sociedade contemporânea.

Art. 6º - De posse dos resultados do julgamento realizado pela Comissão, a Mesa Executiva da Casa procederá a outorga em dia e data a serem designados, no prazo de 07 (sete) dias antecedentes ou sucedâneos da data de 08 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, em sessão especial.

§ 1º - Para a referida sessão, deverão ser expedidos convites e realizada ampla divulgação, de forma a dar publicidade ao PRÊMIO DIA INTERNACIONAL DA MULHER ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, para todos os segmentos sociais organizados, quais sejam partidos políticos, sindicatos, entidades feministas, instituições públicas e privadas, meios de comunicação.

§ 2º - Os vencedores de cada Categoria receberão Diploma ao Mérito da Assembléia Legislativa com todas as formalidades legais e um troféu especialmente ofertado.

Art. 7º - Fica a Comissão Executiva autorizada a tomar as medidas necessárias, bem como solucionar possíveis dúvidas para a execução da presente resolução.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(aa) IRONDI PUGLIESI

JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A condição da mulher brasileira resulta de um processo histórico, que determinou a condição sócio-econômica nos dias atuais. Apesar dos avanços e da inserção econômica e política, mantém-se ainda os mecanismos, das mais diversas ordens, que impedem o efetivo exercício da cidadania bem como da sua existência enquanto ser integral, com sonhos, vontades, direitos e opiniões.

Não há dúvida de que os avanços ocorridos frutificaram da luta das próprias mulheres. Mas hoje a questão da mulher ultrapassa o próprio feminismo, tornando-se pleito de homens e mulheres conscientes.

Também passou o momento em que bastava discursar sobre a opressão e a busca da igualdade: é necessário reconhecer todo o esforço da sociedade para romper com os milênios de opressão. É preciso uma ciência voltada a provar a igualdade biológica no que respeita às potencialidades, resguardadas as diferenças que a própria natureza impõe ao dar à mulher a condição de reprodutora da espécie; é necessário reconhecer o esforço intelectual e criativo dos segmentos que buscam a difusão de um imaginário sobre a mulher, bem como o que denuncia as veladas ou notórias formas de



Curitiba, terça, em 29.08.95

opressão; não se pode menosprezar o papel dos meios de comunicação tanto da formação como na deformação da imagem da mulher e não se pode, por fim, negar a existência de iniciativas concretas visando minorar os efeitos e as causas da opressão da mulher.

Por todas estas razões, propomos a presente resolução, em nossa visão, mais ampla e abrangente e mais estimulante para toda a sociedade.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 342/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentas do pagamento da tarifa de transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba, mediante apresentação de credencial de isenção, as pessoas carentes com renda familiar igual ou inferior a quatro salários mínimos portadoras de deficiências e que necessitem de locomoção para fins de escolaridade e/ou reabilitação.

Parágrafo Único - A isenção de pagamento na tarifa do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba será válida também para o acompanhante, desde que atestado pela instituição especializada que o portador de deficiência não pode se deslocar sem acompanhamento, e validado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2° - Para a obtenção da credencial para isenção, o beneficiário fará cadastramento na COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, mediante apresentação dos seguintes itens:

I - Declaração emitida por profissional da área de saúde, caracterizando o tipo de deficiência e indicando o grau de comprometimento para atividades laborativas, e atestado médico fornecido por Unidade de Saúde Estadual de Referência, onde conste o tipo e grau de deficiência e parecer conclusivo, para fins de isenção tarifária, devidamente assinado pelo médico responsável;

II - Declaração de matrícula em Instituição de Ensino;

III - Declaração do profissional da área de reabilitação contendo o período do tratamento.

Parágrafo Único - A COMEC poderá exigir apresentação de outros documentos que se fizerem necessários para cadastramento.

Art. 3° - Aprovada a inscrição cadastral o beneficiário receberá credencial específica para identificar-se no sistema, para obtenção da gratuidade.

Parágrafo Único - A credencial de que

se trata este artigo será definida pela COMEC, quanto às suas características, podendo ser renovada periodicamente ou contendo selos periódicos para melhor controle.

Art. 4° - O uso indevido ou a cessão da credencial a outrem, desde que comprovado, implicará na suspensão do benefício com a apreensão da mesma.

Art. 5° - Para emissão da segunda via da credencial deverá ser apresentado à COMEC boletim de ocorrência, registrado em delegacia, no caso de roubo, bem como o pagamento de uma taxa equivalente à 10 (dez) quilômetros (valor referente ao custo do quilômetro operacional médio do sistema para os casos de perda ou extravio).

Art. 6° - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 90 (noventa dias) após a sua publicação.

Art. 7° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a nutrição inadequada de mães e crianças, incluindo deficiências vitamínicas, as ocorrências anormais nos períodos pré-natais, perinatais e neonatais, as doenças infecciosas, acidentes e diversos outros fatores, inclusive poluição ambiental e impedimentos de origem desconhecida são as principais causas de deficiências, e que pelo menos a décima parte de todas as crianças nascem com, ou adquirem impedimentos físicos, mentais ou sensoriais, que interferirão em sua capacidade para desenvolvimento normal, (a não ser que lhe sejam prestadas assistência e atenções especiais).

Estamos apresentando o presente projeto de lei que pretende entre seus objetivos auxiliar o deficiente no desenvolvimento de suas potencialidades, facilitando o acesso ao tratamento, a cursos, enfim auxiliando a sua integração à sociedade e promovendo o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo corroboramos a iniciativa do Vereador Borges dos Reis, que apresentou na Câmara Municipal de Curitiba projeto de lei que institui transporte coletivo gratuito aos deficientes, no âmbito municipal.

Esperamos contar com a especial atenção dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis quanto à aprovação desta matéria.

PROJETO DE LEI N° 343/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro na Cidade de Umuarama, à Rua Jussara nº 3404, constituída sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, foi organizada para integrar os portadores de insuficiência renal, abrigando seus associados sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, religião, política ou outra natureza.

Visando a integração dos renais crônicos de forma a amenizar o seu sofrimento, a ARECURE vem desenvolvendo seu trabalho em busca de transplantes de rim, para que os renais crônicos possam sair da dependência dos aparelhos de hemodiálise. Desenvolve um importante papel na área assistencial, na compra de medicamentos de uso contínuo; no transporte dos pacientes para centros maiores para a realização de exames e tratamento.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos à Tribuna, nesta tarde, para, de certa forma fazermos uma prestação de contas de nossa viagem, no dia de ontem a Brasília, quando na condição de vice-Presidente da UPI, União Parlamentar Interestadual, para mais uma reunião deste colegiado, representando esta Casa, a pedido inclusive do Presidente, Anibal Khury.

É bom que saibam os Srs. Deputados que a nossa UPI tem procurado, ao longo de toda a sua existência, desenvolver um trabalho que possa vir de encontro aos interes-

ses dos Parlamentares estaduais de todo o Brasil. Nós já tivemos a oportunidade de ter nosso companheiro, Luiz Alberto Martins de Oliveira, hoje Senador, presidindo esta entidade com muito vigor e brilhantismo. Tivemos também a oportunidade ter os ilustres Parlamentares, Antônio Martins Annibelli, Luiz Carlos Caíto Quitana, Ezequias Losso, como integrantes daquela entidade, na condição de vice-Presidente e conselheiro daquela instituição. E nesse momento, por força de uma eleição, ocorrida no ano passado, nós estamos na vice-Presidência daquela entidade.

E ontem a nossa UPI teve reformulados os seus estatutos, para que se torne um estatuto mais moderno, dentro da nova realidade, e um estatuto que permita ser na UPI inserido o Conselho dos Presidentes de Assembléias Legislativas. Porque hoje nós temos funcionando a UPI e temos também funcionando o Fórum de Presidentes de Assembléias Legislativas de todas as Assembléias Legislativas, através de seus Presidentes que mensalmente têm se reunido. No caso nosso, específico, quando o Deputado Anibal Khury não tem podido participar, o Deputado Luiz Carlos Zuk tem feito essa representação da Assembléia Legislativa do Paraná, em diferentes reuniões que têm ocorrido por todo esse Brasil, a exemplo também da participação do Deputado Luiz Carlos Zuk nas reuniões do Conselho Parlamentar do Sul, entidade que tivemos o privilégio de participar da sua instituição e que tem procurado defender os interesses da nossa região Sul.

Faço essa explanação primeira, falando das modificações que estão acontecendo e que acontecerão na UPI, falo desse Fórum de Presidentes de Assembléias, falo do Conselho Parlamentar do Sul para demonstrar que a Assembléia Legislativa do Paraná mantém-se ativa e firme na luta e na defesa dos interesses do nosso Estado. Nós, ainda ontem, em Brasília, tivemos a oportunidade, quando fomos tratar de assuntos gerais, e por mais de meia hora, discorrer aos companheiros Deputados estaduais de outras Assembléias do Brasil, toda a problemática que estamos enxergando nesta proposta de reforma tributária que está sendo discutida já, no Congresso Nacional.

Procuramos, naquela momento, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, demonstrar a nossa realidade, os prejuízos que hoje já existem para o Estado do Paraná, pela não tributação da energia elétrica que é transferida do Paraná para São Paulo e outros Estados. Procuramos demonstrar aos companheiros Deputados estaduais de outros Estados da Federação, que situação semelhante a nossa poderá estar ocorrendo no seu Estado e que eles deve-



Curitiba, terça, em 29.08.95

riam, a exemplo do Estado do Paraná se preocupar com a Reforma Tributária que o Congresso começa a discutir.

Colocamos a eles que o Paraná, sem sombra de dúvidas é um dos Estados mais prejudicados com essa proposta de Reforma Tributária, porque se não recebermos hoje o ICMS da energia elétrica vendida para outros Estados, não iremos também receber no futuro, porque hoje não é cobrado e por isso não se paga. Amanhã se aprovada a proposta será cobrado o ICMS, mas não será creditado ao Estado do Paraná, mas sim ao Estado que vier consumir essa energia.

Colocamos tudo isso num fórum especializado, que é a UPI - União Parlamentar Interestadual que congrega os interesses de todos os Deputados de todas as Assembleias do território brasileiro e fizemos isso consciente, de que realmente a Assembleia Legislativa do Paraná não permanecerá, de forma alguma, alheia aquilo que está acontecendo. A Assembleia Legislativa permanecerá discutindo esse assunto todos os dias, todas as horas e aqui tenho certeza, virão os Deputados Federais e Senadores para debater conosco os interesses do Estado do Paraná.

Quero neste momento inclusive, cumprimentar nosso Presidente, Deputado Anibal Khury que na última quinta-feira, quando nós aqui nos pronunciávamos a respeito da Reforma Tributária Nacional, ele dava ciência a casa dos entendimentos que iria manter com o Dr. Heron Arzua, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, para que pudesse o Dr. Heron Arzua, atendendo convite da Presidência desta Assembleia, prestar uma assessoria à Presidência da Casa, a todos nós, os Parlamentares na discussão e no encaminhamento das propostas que o Paraná haverá de fazer com vistas a Reforma Tributária que em Brasília começa a ser discutida. E no dia de hoje não tivemos o privilégio de participar desta reunião porque estávamos fora do nosso gabinete parlamentar, mas a informação que temos é de que hoje o Dr. Heron Arzua já esteve reunido com o Presidente, com os demais Deputados, já concedeu uma entrevista coletiva, dizendo de que maneira irá trabalhar com os Deputados estaduais desta Assembleia Legislativa.

Portanto, vamos nos manter atentos no próximo dia 4 de setembro, o Presidente Anibal Khury estará junto com os demais Presidentes de Assembleias Legislativas do Brasil, numa audiência com o Presidente Fernando Henrique, tenho certeza de que neste dia o nosso Presidente irá levar posições do Estado do Paraná no que diz respeito a Reforma Tributária.

Vamos cada um de nós no dia-a-dia produzir propostas, discutir aquilo que está sendo levado ao Congresso Nacional, vamos

cada um de nós, onde quer que seja, aqui nesta Casa, nos nossos municípios ou em Fóruns especializados, como é a UPI levar a posição do Estado do Paraná, de que nós queremos sim uma Reforma Tributária, mas queremos uma Reforma Tributária que não venha penalizar ainda mais o nosso Estado, que não venha essa Reforma Tributária prejudicar ainda mais os interesses de todo o povo do Paraná.

Portanto, fiquemos alertas e atentos e vamos juntos, Bloco Agropecuário, Bloco Municipalista, Presidência desta casa desenvolver os trabalhos que se fazem necessários para que a posição do Paraná seja levada aos nossos Deputados Federais e Senadores e seja ela também levada a todos os segmentos da sociedade paranaense e brasileira, para que o Paraná saia fortalecido e a economia estadual não seja prejudicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Partido do PMDB, ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nessa Sessão de hoje, éramos para estar recebendo a visita de milhares famílias curitibanas, que nesse momento fazem com Lideranças Comunitárias e Políticas de Curitiba uma grande manifestação à frente da Prefeitura da cidade de Curitiba e deveriam estar já nesta Assembleia Legislativa e depois às 16:30, as Lideranças serão recebidas pela nossa vice-Governadora Emilia Belinati.

E porque é que se faz essa grande manifestação Deputado Alborghetti, é porque nós estamos na iminência de assistirmos em Curitiba fatos que nós nunca imaginamos que pudessem acontecer no Paraná. Que é a ação violenta de despejo que desejam realizar no Paraná, Deputado Ricardo Chab. V.Exa. que tem de forma muito dura e contundente questionado essa política de despejo que se pretende implantar no Paraná.

Por isso é que venho a essa tribuna registrar que Lideranças desse Movimento era para estar até por acordo que nós fizemos eu e o Deputado Vanhoni, Líder da Bancada do PT, em nome do PMDB, fizemos com o nosso Presidente Anibal Khury, para estarem ocupando essa Tribuna, para registrar a manifestação do Movimento Comunitário. Nós temos no Paraná hoje aqui em Curitiba e Região Metropolitana 50 mandatos de reintegração de posse e a própria polícia militar a algum tempo atrás, fez panfletos inclusive dizendo a essas famílias

que elas deviam deixar senão seriam despejadas dos locais que ocupam.

O que pretendemos na verdade é de se estabelecer um processo de negociação com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Curitiba, quando ainda era Governador o Mário Pereira, foi feito um Programa que está rigorosamente pronto, que chama-se "Direito de Morar", é um programa que propõe a regularização fundiária de todas as áreas que estão ocupadas em Curitiba e Região Metropolitana e interior do Estado, áreas públicas e privadas, esse Projeto o "Direito de Morar", ele está em ponto de ser rigorosamente tocado, porque é um investimento que não é investimento tão significativo assim, são cerca de 20 milhões de dólares e que se houver vontade política, o Governo do Estado pode e deve resolver essa grave questão da luta pela posse da terra da área urbana com a simples vontade de negociar com essas Lideranças e caminhos que garantam a tranquilidade das famílias.

Todas aquelas que são possuidoras do seu lote, de suas casas, como aquelas famílias que moram hoje em baixo de um barraco de lona, numa moradia em caráter precário, numa situação que espelha na verdade a profunda desigualdade social que nós temos em nosso País e também é claro da desigualdade de renda que nós temos no Paraná.

Por isso é que nós temos a expectativa, todos os Deputados estaduais de Curitiba, independente do Partido Político, das forças políticas que desejam de forma inteligente resolver essa questão, queremos convidar os Srs. Deputados a comparecerem em audiência hoje às 16:30 horas com a nossa vice-Governadora Emilia Belinati que é indiscutivelmente, alguém que tem sensibilidade para as questões sociais do nosso Estado e a partir desse processo de negociação, nós possamos evitar, porque não queremos assistir aqui, episódios que possam constranger a vida de famílias e mais do que isso, manchar a história do Paraná que sempre resolveu os seus problemas e conflitos de forma pacífica e não de forma que se usa a prepotência e arrogância da força policial para se resolver problemas sociais.

Por isso é que peço aos Deputados de todos os partidos, especialmente aos Deputados por Curitiba e pela Região Metropolitana que tem desejo e vontade política de encontrar uma solução para resolver o drama das mais de 20 mil famílias que moram há mais de 15, 20 anos e que estão na iminência de perder o direito da posse aonde moram. Por isso quero crer que a nossa vice-governadora que se dispôs a receber, vai encaminhar ao Governador Lerner o desejo da solução pacífica dessa questão, porque acima das cores e da di-

Curitiba, terça, em 29.08.95

vergência político-partidária, o que temos, é que encontrar caminhos e pode até se usar o slogan "Novos Caminhos", para a justiça social aqui em Curitiba e na Região Metropolitana.

O Sr. Algaci Túlio - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Romanelli, quero dizer a V.Exa. de que o governo tem toda a sensibilidade de atender, de receber e de encontrar soluções. É bom que se esclareça até de que há questão de um mês e pouco, quando saíram algumas ações de despejo, imediatamente se formou uma comissão, nós estivemos em vários locais acompanhando o Secretário da Segurança Pública, representante da Polícia Militar e contactando com várias associações de moradores, como por exemplo Jardim Savana, no Uberaba, onde nós deixávamos bem claro àquela população de que de forma alguma, o governo iria tomar qualquer medida precipitada na retirada das pessoas.

Formou-se aquela comissão que tem a orientação do Secretário da Segurança Pública, que já tem feito algumas reuniões, com o Ministério Público, com a Procuradoria da Justiça e do próprio Estado, no sentido de encontrar essas soluções. O governo não tem nenhum interesse em jogar alguém para a rua. Não é este o feitio do governo Jaime Lerner. Não quer também, de outra maneira, deixar de respeitar a justiça, ao contrário do que fez o governo anterior. Agora, é necessário encontrar um caminho, uma solução e esta solução tenho certeza, haveremos de encontrar.

Só para dar um exemplo a V.Exa., nós, quando vice-prefeito de Curitiba, regularizamos várias áreas em Curitiba e ainda no último sábado, eu tive a satisfação de acompanhar o prefeito Rafael Greca de Macedo, quando regularizamos mais uma boa parte, da primeira favela colocada dentro de Curitiba, que é a Favela da Vila Pinto. Hoje já, não mais sendo uma favela, mas considerada um bairro de Curitiba, diante de toda a urbanização colocada pela Prefeitura naquela local.

Então veja V.Exa. que temos a maior boa vontade e tenho certeza, que da reunião de hoje à tarde, juntamente com a vice-Governadora, com o Secretário de Planejamento também uma solução sem que haja a necessidade de qualquer força policial. Queremos que também a justiça tenha sensibilidade na hora da decisão. Não se pode tão somente decidir. Tem que fazer o despejo, essa é uma das coisas que tenho "baptido" muito, na minha função como comunicador, de que às vezes, o juiz precisa conhecer a situação local para depois dar

uma posição.

Se este Juiz tivesse ido até o Jardim Savana, no Uberaba, talvez a decisão dele fosse diferente da que tomou, na decisão de mandar fazer o despejo.

Então é preciso que tenha o devido cuidado, a devida sensibilidade e conhecer o problema local para depois se exarar uma decisão, mas de qualquer maneira, nós respeitamos as decisões da Justiça e nesse sentido haveremos de encontrar solução para essas pendências, ainda, com relação a algumas áreas em Curitiba e também na Região Metropolitana.

Agradeço pelo aparte.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Romanelli me permite um aparte?

(Assentimento)

Esse assunto que o Senhor nos traz esta tarde é um assunto que conheço profundamente. Porque durante o recesso, nesta Casa, tive a oportunidade de trazer aqui, no Plenarinho, inúmeros moradores, Presidente de Associações de Áreas de Ocupações em Curitiba e na Região Metropolitana.

E naquela reunião estava presente, inclusive, o Líder do Governo - Deputado Algaci Túlio, o Secretário da Segurança Pública - Cândido de Oliveira que foi designado pelo Governador do Estado para negociar com esses moradores.

Então, quero aqui, colocar meu pensamento em torno de tudo isso. Enquanto nós, todos nós sem exceção, não tivermos a vontade política de resolver essa questão não vamos resolver.

O ponto crucial disso tudo: é a necessidade de criarmos, com urgência nesta Casa, um fundo específico para desapropriação.

Coloco isso porque o governo alega não ter condições financeiras para poder pagar os legítimos proprietários das áreas de ocupação. E não tendo dinheiro dificulta toda a aprovação.

Também é visível e temos que colocar isso para que a comunidade saiba a verdade: todo e qualquer cidadão, hoje, em Curitiba e na Região Metropolitana que está morando em área de ocupação, toda e qualquer família quer comprar, adquirir aquele local que ele habita já há 5, 8 ou em alguns casos até 12 anos.

Essas pessoas teriam que se organizar. Mas se organizar como? Sem a presença do Governo! Nós sabemos que é difícil. E daí é que nós apelamos para que o Governo do Estado envie para esta Casa uma Mensagem da criação de um fundo específico de desapropriação e possamos assentar de uma vez por todas as famílias que ocupam áreas em Curitiba, em Londrina, em Maringá, enfim, nas grandes cidades. Este é um assunto importante.

Inclusive tenho discutido isso com nosso Líder, para criarmos nós, do PMDB, o fundo específico de desapropriação.

Gostaria muito que esta idéia viesse do Governo do Estado para cá. Viesse eu, como Deputado, não tenho condições de prever e não sabemos de onde podemos criar um fundo de desapropriação. E acabaríamos com essa celeuma e deixaríamos perto de 350 mil pessoas neste Estado do Paraná, pelo menos felizes.

O SR. ROMANELLI - Quero agradecer ao Deputado Chab. E a proposta é essa mesma, é dar mecanismos, encontrar solução para o problema. E Deputado Algaci Túlio, é de fato com posições equilibradas, iguais a esta sua, acima das paixões partidárias que nós vamos resolver essa situação.

Quero reconhecer, aqui, as suas posições e quero crer que se houver vontade política vamos resolver essa situação.

Faz 4 anos que nós não assistimos nenhuma ocupação nova em Curitiba ou na Região Metropolitana. Será com o diálogo e com a negociação que vamos encontrar a solução. E nós, paranaenses que nos orgulhamos do nosso Estado, seguramente a ter esses momentos de conflito encontraremos a solução.

Até porque numa visita que eu, o Deputado Vanhoni, a assessoria do Deputado Ricardo Chab, o Vereador Samek fizemos com as lideranças ao Poder Judiciário.

O Juiz Lauro Fabrício que nos recebeu em nome da Presidência do Tribunal de Justiça, se mostrou extremamente sensível. E hoje ele é um canal efetivo para que, na iminência de um despejo, ele próprio vai negociar com o juiz que concedeu a liminar determinando se faça a reintegração de posse.

Ou seja, nós de fato estamos verificando que por parte do Poder Judiciário há vontade política também de poder ajudar a resolver este grave problema das famílias que não tem um teto aonde abrigar os seus filhos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e pela tolerância, inclusive, do horário que nós extrapolamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença do ilustre Deputado, Doutor Maurício Picarelli, do nosso querido Estado do Mato Grosso do Sul, sendo a sua pessoa o Presidente do Conselho Parlamentar do Sul que aqui nos visita neste instante.

Com satisfação também recebemos em nosso Plenário o Doutor Heron Árzua, que veio conosco fazer posição do Paraná na reforma tributária desta Nação, acompanhando do Presidente Anibal Khury.

E com satisfação é que nós passamos a palavra neste instante ao ilustre visitante nosso, Deputado Maurício Picarelli.

O SR. MAURÍCIO PICARELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, com grande satisfação nos encontramos aqui neste Parlamento para uma visita rápida ao nosso querido amigo, Deputado Luiz Carlos Zuk, integrante do Conselho Parlamentar do Sul, que tão bem, tão magistralmente, tão fidalgamente tem representado o Estado do Paraná.

Nós queremos, em nome da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, render as nossas homenagens ao Parlamento do Paraná, recebendo o nosso afeto e o nosso carinho o nosso muito obrigado pela maneira gentil, cordial que o Deputado Zuk sempre tem nos brindado.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendendo a Sessão por cinco minutos para que possamos, os nossos ilustres Deputados, cumprimentar o Doutor Heron Arzua, e também o nosso ilustre Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, Deputado Maurício Picarelli, que vai descer até o Plenário.

(Pausa)

Está reaberta a presente Sessão.

É com satisfação que anunciamos também, acompanhando o ilustre Doutor Heron Arzua, o Professor Maurílio Schmidt, e convidamos ambos, para chegarem até a Mesa Diretora.

Com satisfação, a pedido do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, nós cedemos a palavra ao Doutor Heron Arzua para que ele possa realmente, de uma maneira sintética, expor a posição paranista em termos da nossa reforma tributária a todos os Senhores visitantes e todos os Senhores Parlamentares.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras, membros da Mesa, é com muita satisfação que volto a Assembléia Legislativa, desta vez como convidado, não vim aqui "ex-offício".

Quando li a notícia na Gazeta do Povo, pensei até que tivesse que vir aqui responder sobre alguma coisa do passado.

Mas então, realmente vim aqui colaborar com o Presidente Anibal Khury, com os Deputados, sobre a questão da Reforma Tributária Federal.

A Reforma Tributária Federal numa palavra ela até pode ser considerada reforma possível e dentro do possível, uma reforma inteligente.

Infelizmente um dos Estados mais prejudicados, é o Estado do Paraná. Ela não foi feita com este intuito, não é propósito do Governo Federal prejudicar o Estado do Paraná.

Em absoluto. Ao contrário, as medidas que ele propõe em princípio são boas para a economia do Estado: desonera as exportações dos produtos primários nas exportações: não tributa as máquinas e os insumos agrícolas; incentiva a modernização das indústrias pelo reconhecimento de crédito de ICM aos bens de capital; e também o incentivo necessário a cesta básica.

Ocorre que esses produtos, aliado a energia elétrica são os produtos base da economia do Paraná.

E a proposta portanto, bate exatamente naqueles itens que são expressivos na parte das finanças do Estado. E as compensações, pelo menos as compensações que vieram anunciadas, que estão no texto constitucional, rigorosamente não são suficientes para manter o nível de arrecadação atual do Estado. Somente a exportação de produtos primários, no ano passado foi responsável por cerca de 13% da nossa receita. A energia elétrica, os Senhores conhecem bem o problema, ela continuará não sendo tributada na origem e o Estado do Paraná e nem os Municípios do Paraná aproveitarão disso.

Então a pergunta que fica, para encerrar, é a seguinte: - como conciliar estas medidas que são interessantes para a Economia do Estado para os contribuintes do Estado, com as finanças do Paraná? Porque é evidente que nem o Estado e nem os municípios podem sequer imaginar perder a receita, ainda mais num momento desses, em que há uma acentuada queda da atividade econômica. E os Senhores sabem, receita significa atividade econômica, não há receita se estivermos num período de recessão econômica.

Vim aqui a convite do Deputado Anibal Khury e estou à disposição dos Senhores para ajudar, naquilo que for possível, porque eu sou da área, sempre estudei isso e também tive uma experiência muito válida como Secretário de Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecemos ao ilustre visitante, em nome da Mesa Executiva, em nome do Deputado Anibal Khury, e sempre nos colocamos ao inteiro dispor. Esta Casa sempre teve esta presença ilustre como um capacitado e principalmente um bom dirigente da Pasta maior, que é a arrecadação deste Estado, e terá sempre, ilustre visitante, aqui nesta Casa a sua extensão, do seu trabalho, do

Curitiba, terça, em 29.08.95

seu conhecimento e principalmente na troca das idéias que realmente partem da sua inteligência.

É com satisfação que agradecemos e renovamos nossos votos para que realmente isso se repita mais vezes.

Antes de conceder a licença da saída dos ilustres visitantes concedemos a palavra solicitada primeiramente ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caro companheiro Heron Arzua.

Sabe V.Exa. da admiração que temos por vossa pessoa e sabemos da sua capacidade, da sua inteligência como um dos maiores tributaristas deste País.

Na semana passada, em conversa com o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, discutimos esta questão da reforma tributária, de que forma a Assembléia do Paraná poderia se envolver nesta discussão, o que é que ela poderia contribuir em defesa do Paraná? E prontamente parece que os nossos pensamentos, meu e do Presidente se casaram naquele momento, nós rapidamente, imediatamente imaginamos a vossa pessoa, esta pessoa mais do que credenciada para auxiliar a Assembléia, para dar um rumo nesta Casa nesta discussão da reforma tributária.

Por esta razão, quero cumprimentar o Deputado Anibal Khury, que imediatamente aquiesceu a essa nossa indicação, indicação dele também, mas de nós encontrarmos um caminho para colocarmos a Assembléia em condições com as demais Assembléias do País para poder discutir a reforma tributária.

Sinto-me muito feliz, muito satisfeito em ver que V.Exa. aceitou este convite e que passa a ser o grande comandante desta discussão da reforma tributária. A Assembléia do Paraná não pode ficar a reboque de outras discussões, deixando que outros Estados ultrapassem a nossa Assembléia, o nosso Estado, quando nós temos as maiores dificuldades, como bem disse V.Exa., a questão da energia.

Precisamos recuperar o que é de direito do Paraná e temos certeza que na sua pessoa nós encontraremos este comandante que vamos nos auxiliar, nos direcionar nesse debate.

Por isso, Presidente Anibal Khury, quero cumprimentá-lo por esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, é uma satisfação muito grande para nós e que quero em nome da Bancada do PMDB parabenizar a iniciativa do nosso

Presidente Deputado Anibal Khury, de convidar seguramente uma das inteligências mais brilhantes que tem o nosso Estado, de um especialista na área de tributação, Secretário que foi da Prefeitura de Curitiba, Secretário da Fazenda do Governo do Estado, que orgulhou pela sua integridade, competência a frente da pasta e que sem dúvida vai trazer a esta Casa, com a possibilidade de nos auxiliar nesse momento tão decisivo que o Paraná vai passar, para ele na verdade encontrar mecanismos que possam fazer com que no mínimo nós possamos manter a receita que temos. Esta talvez seja a melhor circunstância se a gente vislumbrar o quadro nacional.

Por isso, quero dizer que nós esperamos muito do senhor, pela sua lucidez, pela sua competência e fundamentalmente pelo conhecimento que o senhor tem do sistema tributário nacional e estadual e nós aqui, Deputados Estaduais de todos os partidos, independentes da nossa posição política estamos interessados em manter as políticas públicas funcionando no Estado do Paraná.

Por isso a sua contribuição será extremamente valiosa e importante, e mais uma vez o nosso Presidente Anibal Khury, com muita competência cria determinados fatos que possibilitam a Assembléia Legislativa do Paraná ser sempre uma referência nacional pela sua agilidade e fundamentalmente pela competência com que trata os grandes temas paranistas e nacionais.

Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, no momento em que recebemos o eminente Heron Arzua, cumpre ressaltar a figura do tributarista, como um importante artífice do processo de consolidação democrática e da construção de um regime de justiça social. Todos sabemos que a questão tributária, está na base dos nossos maiores movimentos históricos que resultaram na construção dos nossos importantes institutos dentre eles o princípio da legalidade.

Passadas gerações, regimes, governos, nós nos envolvemos mais uma vez na busca de um sistema de justiça social e nos debruçamos outra vez para decifrar o grande enigma da questão tributária e em função da complexidade do caso, porque sabemos que precisamos somar forças é que vemos com satisfação a presença do grande Heron Arzua e nos tranqüiliza poder contar com a sua inteligência, com seu esforço e com sua disposição, para que possamos juntos trabalhar na busca de um sistema que favoreça a todos nós, o Estado e a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente,



neste momento quero cumprimentar a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa pelo discernimento da atitude tomada no convite ao Dr. Heron Arzua para prestar o seu assessoramento a esta Casa de Leis.

Vejo na Mesa desta Assembléia Dr. Heron, Maurílio e pude conviver e constatar com essa extraordinária pessoa que é o Dr. Heron e com esta capacidade ímpar que o Estado do Paraná tem, em questão de receita, fazendária, tributária e certamente a Assembléia emprestará, através do Legislativo inestimável serviço ao Estado do Paraná se o Paraná souber aproveitar as luzes que certamente sairão deste Poder através do assessoramento do Dr. Heron.

Todos nós que temos mais tempo de acompanhamento da vida do nosso Estado, lembramos que em anos anteriores quando o País viveu inflação com 30, 40% ao mês. Portanto uma dificuldade enorme do Poder Público em buscar seu equilíbrio porque certamente o Poder Público não é um repassador da inflação mês a mês de seus tributos, mas arca com a consequência do aumento sistemático das suas despesas do mês a mês.

Portanto há de ter-se um discernimento muito grande tributário de organização do Estado, de arrecadação de despesas para poder manter o Estado equilibrado. Indiscutivelmente, sem fazermos apologia de qualquer Governo, de qualquer partido, foi da competência profissional, um profissional chamado Heron Arzua e a sua equipe que o Paraná pode atravessar os seus momentos de crise. E nessa hora que se faz uma reforma tributária no nosso País, certamente a Assembléia Legislativa em todos os encontros que for assessorada pelo Heron, haverá de ser, como sempre foi nos encontros de Secretário um norte, uma luz e uma balisa aos outros Estados da Federação Brasileira.

Meus parabéns à Assembléia e a satisfação de vê-lo no nosso meio Dr. Heron para nos assessorar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Ilustre Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Nesse momento em que toda a Assembléia Legislativa se congratula pela vinda de personalidade tão ilustre do mundo das Ciências Econômicas que é o ex-Secretário da Fazenda Heron Arzua, os partidos manifestam a sua alegria e parabenizo o Presidente da Casa Deputado Anibal Khury por tão feliz escolha, incumbiu-me o Presidente do nosso Partido e Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, de também apresentar as nossas homenagens, as nossas boas vindas ao Sr. Heron Arzua, apresentarmos as nossas homenagens ao Presidente da Casa Deputado Ani-

Curitiba, terça, em 29.08.95

bal Khury e manifestar realmente a nossa certeza de que a vinda do Sr. Heron Arzua a esta Casa, será de grande importância, principalmente nesse momento que nós estamos vivendo em que o que o País está discutindo questões de grande importância e que tenho certeza vão criar as bases de uma nova Nação, a nossa Casa ela quer participar, ela quer interferir, temos deputados aqui interessados em participar do processo, ainda que essas grandes mudanças às vezes não sejam de responsabilidade nossa e sim do Congresso Nacional, temos aqui na Casa por iniciativa de muitos deputados um Bloco Municipalista que está preocupado com a Reforma Tributária, com a Reforma Administrativa, temos um Bloco Agropecuário que tem se preocupado com as questões da agricultura Nacional, enfim temos homens e uma mulher que realmente estão interessados em prestar bom serviço à comunidade, e a sua presença aqui nessa Casa, sem dúvida nenhuma será de grande importância para todos nós.

O PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro é um partido comprometido com as transformações sociais e o partido comprometido na construção de uma nova sociedade, desenvolvida economicamente, exista socialmente. Portanto, seja-bem vindo o Sr. Heron Arzua parabéns ao nosso Presidente Anibal Khury por tão feliz escolha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo mais manifestação por parte dos Senhores Deputados, colocamos a palavra ao ilustre visitante para as suas despedidas juntamente com o professor que o acompanha.

O Sr. Heron Arzua - Sr. Presidente, Srs. Deputados, me sinto um pouco surpreso com isso. Mantive um clima excelente com a Assembléia Legislativa durante todo o período que tive uma pequena responsabilidade na administração do Estado do Paraná, e quero salientar que todas as nossas iniciativas em que viemos à Assembléia Legislativa, nós recebemos o respaldo da Assembléia Legislativa. Não estou dizendo nada de novo, porque escrevi sobre isso, mas de qualquer maneira, fico surpreso, porque creio que houve mais manifestações de amigos do que qualquer outra coisa. Estou à disposição da Assembléia para poder ajudar o Estado do Paraná nessa oportunidade da reforma tributária.

Diria que se essa reforma for aprovada ou for aprovada como ela está proposta, e certamente, não desejaria voltar a ser Secretário da Fazenda, porque ficaria uma missão muito difícil. De qualquer maneira agradeço a todos os senhores e muito obrigado. Estou à disposição. Deixei um trabalho preliminar para os senhores terem



Curitiba, terça, em 29.08.95

uma idéia do que pode acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nós é que agradecemos e tem a palavra o professor Schmidt, para as suas despedidas.

O SR. SCHMIDT - Eu de igual forma, agradeço a oportunidade de estar aqui presente e afirmo e afianço de que me empenharei para que o Paraná não seja efetivamente o perdedor nesse processo de reforma. Que seja a sociedade e a economia do Estado do Paraná, a ganhadora neste processo. Estou à disposição dos senhores e pretenderei colaborar na medida das minhas limitações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendendo a Sessão por dois minutos para que os ilustres visitantes façam as suas despedidas aos Senhores Parlamentares.

Está Suspensa a Sessão.

Está Reaberta a Sessão.

Reaberta a Sessão, concedemos a palavra ao Dr. Rosinha, no Horário da Liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sessão de ontem, o nosso líder, Deputado Ângelo Vanhoni, em concordância com o Deputado Anibal Khury que presidia a sessão, ficamos de ceder 5 minutos do pequeno expediente e horário da Liderança do PT, para o professor Romeo da APP-Sindicato.

Como a Presidência hoje estava sob a batuta do nosso Deputado Zuk, conversamos já com o presidente Zuk e com o Presidente Anibal Khury, e nos foi permitido conceder este horário da Liderança do PT, ao professor Romeo da APP-Sindicato, e convidado-o a subir à tribuna e assumir o horário da nossa liderança.

O SR. PROFESSOR ROMEO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os professores do Paraná há muitos anos vêm sendo obrigados a sorver uma taça de fel, só que essa taça está transbordando e amanhã, dia 30 de agosto, vamos às ruas de novo, por dois motivos: o primeiro, para lembrar à população e para fazer valer que nós temos memória, quando em agosto de 88 nós aqui em frente ao Palácio Iguaçu, exigíamos diálogo e fomos tratados como se fôssemos marginais, naquela época, pela polícia do então Governador Álvaro Dias. Fomos espancados, presos, cavalos, cacetetes e bombas. Além de estarmos amanhã, lembrando a população desse fato, para que ele nunca mais se repita neste Es-

tado e em lugar algum do Brasil, nós também estaremos lembrando ao Governador Jaime Lerner, que a sua bandeira de prioridade à educação, tem que deixar o discurso e vir à prática.

Exigimos respeito. Os professores se recusam a receber esmolas. Não queremos esmolas, queremos direito, queremos respeito. Parodiando Shakeaspeare, na peça Hamelet, quando ele dizia: Há algo de muito podre no reino da Dinamarca. Quero, pedindo licença a Shakeaspeare, dizer que há algo de muito podre no Governo do Paraná. O que há de tão podre? O serviço mais importante de qualquer comunidade, que é a educação de seus filhos, corre um risco seriíssimo. Os professores completamente desesperançados abandonam a profissão. Só na semana passada 18 professores entraram com pedido de exoneração. Só num mês 200 professores abandonaram, para sempre, as escolas Públicas do Paraná. Os alunos, desesperançados também, entram na escola mas, segundo estatísticas da própria FUNDEPAR de 1990, de cada 100 alunos que entravam na 1ª série apenas 23 deles chegavam à 8ª. Os alunos, juntamente com os professores, desesperançados. Se alunos e professores estão desesperançados, o que é que está sendo feito com a nossa escola pública?

O que queremos? Queremos que o Governador Lerner, a exemplo do que fez outros Estados, Mato Grosso do Sul e Paraíba, aplique o Plano Decenal. Foi um plano que envolveu toda comunidade educacional, aprovado em Brasília em outubro de 94, onde os governos teriam um ano para implantar o Plano Decenal e estipular, e incrementar um piso salarial nacional de 420 reais, hoje, para todos os professores. Além disso queremos que o Governador cumpra a sua promessa de reposição das nossas perdas. Lerner propôs em 2/95 numa reunião com professores, diretores e chefes de núcleos, que iria repor as perdas acumuladas desde o Governo Álvaro Dias e Governo Requião. Mas o tempo está passando e nem proposta, promessa de reposição.

Nós, evidentemente, somos realistas e não queremos esta reposição de uma vez só, porque sabemos que o Tesouro do Estado não responderia a essa exigência. Propusemos então ao Governador que ao decorrer de seu mandato fosse fazendo a reposição. Isto significa 4,8% ao mês. Não é muito, se considerarmos que os secretários de Estado tiveram, em março, 242%. Também não é muito se considerarmos que os cargos em comissão tiveram, agora, 70%, enquanto os professores tiveram 10.

Se nós quisermos, de vez, pacificar o magistério, é preciso que o Governador, é preciso que o Governo apresente uma proposta concreta, amanhã, aos professores,

quando estaremos aqui, de novo, em frente ao Palácio Iguazu com milhares de professores, alunos e pais.

O Governo fala em prioridade em educação, mas começa agir com formas mais sutis, mas, igualmente, reprováveis. Nós tivemos os nossos outdoors em Curitiba proibidos de serem veiculados por pressão da prefeitura municipal, junto à empresa que veicula esses outdoors. Ontem recebemos 10 multas porque colocamos cartazes, dizendo: Governador, cadê o salário do professor! Tivemos multas. Neste Estado pode-se anunciar arma de fogo mas não pode-se dizer que a educação vai mal. E nós repudiamos isso e queremos respeito. Do contrário, ao mesmo momento que o professor abandona cabisbaixo, pela porta dos fundos da escola pública, entra por outro lado a barbarie e a violência desenfreada.

Gostariamos muito que os Deputados fizessem a partir de hoje uma Comissão de Lideranças e procurassem o Governador Lerner, para que pusessem um freio nesse trem que poderá descarrilar a partir de amanhã. Se nós tivermos uma proposta boa de negociação, voltaremos no dia 31, as escolas e o Sindicato continuará negociando. Se isto não ocorrer uma greve poderá se iniciar a partir de amanhã, por tempo indeterminado, causando grandes prejuízos para todos e acho que isto não interessa aos Professores. Nós não fazemos da greve uma profissão. Se nós somos empurrados a ela é pelo desrespeito dos governantes que utilizam-se da educação, utilizam-se dos professores para se elegerem e depois, no dia seguinte, esquecem e jogam no lixo as suas promessas e nós não queremos que se repita o que repete-se a cada ano com todos os trabalhadores. Servem de amparo aos políticos, servem de amparo aos governantes.

Na hora da eleição e no dia seguinte as suas promessas viram sucata. Nós pedimos respeito. E contamos muito com este Parlamento para que isto aconteça.

É simples, se os senhores procurarem o Governador ainda hoje ou amanhã, conversarem, a nossa proposta é muito possível, é muito razoável. Quatro por cento ao mês. Se não é quatro é três, mas vamos por no papel, vamos sinalizar concretamente.

Quero agradecer este espaço e dizer que a APP está aberta e disposta a conversar com quem quer que seja para que tenhamos um bom termo nesta nossa caminhada e possamos ocupar o nosso espaço privilegiado que é o espaço da sala de aula, que é o espaço da educação, dos jovens e adolescentes do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Deputado Joel Coimbra pelo PP.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora e Senhores.

Esta Casa vive hoje uma tarde de especial significação. Recebemos a visita de vários segmentos ilustres. Esteve aqui o Dr. Arzua, falaram os professores, vemos representações da UPES, da UNE, e de vários outros segmentos, temos aqui os representantes dos acadêmicos, estudantes do curso de Direito da PUC, que dias atrás nos honraram ao convidar um representante da Assembleia para participar de um Seminário de formação política e que hoje vieram aqui conhecer a nossa Casa, visitar a Presidência, assistir uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça e mantém até agora uma Comissão composta pelo André, o Luiz, o Marçal, a Lídia e a Cristiane, assistindo o trabalho desta Casa.

São três segmentos distintos: o jurista, o estudante e os trabalhadores que vem, e o nosso colega, Deputado, representante da União dos Parlamentares, vários segmentos, Deputados Maurício Picarelli, Presidente da Comissão Parlamentar do Sul, que vem a esta Casa nos visitar. E esta visita acontece num momento de especial significação porque é na semana em que nós comemoramos os 16 anos da Lei da Anistia, a Lei 6.683, de 28 de agosto de 79, que concedeu anistia aos crimes políticos, enfim, a todas as vítimas do processo instaurado a partir de 1964.

Em pronunciamentos diversos, nossos líderes políticos, e especialmente nosso Presidente, com seu espírito conciliatório tem recomendado um espírito de concórdia, um esquecimento, a pacificação.

E, evidentemente, que nós, no Brasil, não desejamos mais confrontos, não desejamos derramamento de sangue, não desejamos mais violência do que aquela que já tivemos, que já sofremos.

Mas não podemos, nesta oportunidade, deixar de ressaltar a importância desse significado. Vejo que chega agora entre nós o Ideu Vieira, um dos presos políticos, autor da obra Memórias Alegres de um Preso Político. Então é preciso, neste momento, estabelecer aqui um repúdio aquele movimento que aniquilou a cidadania. Aquele grupo que tomou conta do Estado, aviltou a Nação, dilacerou nossos corações, destruiu liberdades, adonou-se da nossa consciência, das nossas aspirações e ideais, para impor um regime que não era o regime do nosso tempo, que era o regime dos nossos ideais, para nos acenar com um destino que não era o destino que queríamos para nossa pátria, para nosso povo, para nossos filhos. E como disse, certa feita, Tancredo Neves: "Se houve realmente conquista desse regime tivemos danos sociais dos mais graves."

E podemos afirmar que o quadro de des-

Curitiba, terça, em 29.08.95

mandos de incompetências que vivemos hoje foi plantado e bem adubado através daquele regime de 1964. Por isso é que saudamos e estamos solidários com estes movimentos que visam que o Governo complete seu processo de remissão. Não apenas dando uma satisfação sobre os nossos desaparecidos políticos, mas criando comissões para que possamos descobrir, investigar esses desaparecidos e também para indenizar as famílias das vítimas.

Vemos que o Governo está encaminhando ao Congresso, um Projeto de Lei, parece que foi encaminhado ontem, que dispõe sobre o reconhecimento como mortas as pessoas desaparecidas. Não basta isso, é preciso que haja a indenização das famílias dos mortos e desaparecidos.

É preciso deixar claro aqui, Senhor Presidente, o nosso repúdio a estes segmentos militares que num cinismo sem precedentes, vem pedir a indenização também daqueles que morreram nas fileiras militares. Nós não podemos indenizar o ofensor, o agressor. Esse vai me parecer sim o nosso eterno repúdio, a execração pública perpétua deve ser a recompensa para esses que nos traíram, que violaram a nossa cidadania, que violaram nossa consciência, que maltrataram a nossa população!

Estamos portanto, neste instante, manifestando a nossa solidariedade a todos aqueles que lutaram para que tivéssemos um regime de democracia, baseado na pluralidade de idéias, no direito de falar, de participar, de trabalhar, de se fazer ouvir! No direito de não ser violentado nas suas liberdades, na sua consciência, na sua cidadania, no direito de ser tratado como cidadão, como patriota!

Rendemos as nossas homenagens aos torturados, aos desaparecidos, aos humilhados e a todos aqueles que foram vítimas, de uma forma ou de outra, daquele processo espúrio, violento, inaceitável!

Portanto, Senhor Presidente, gostaríamos que fosse constado nos anais desta casa o nosso voto de solidariedade a esses bravos brasileiros que lutaram e a nossa solidariedade também aos Movimentos como Brasil Nunca Mais, como ABI, Ordem dos Advogados e todos aqueles que lutam pela anistia e restauração dos direitos que foram negados naquele triste movimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PSC, PDT, PSDB, Lideranças do Governo.  
(Declinam).

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.  
Sobre a mesa, expediente subscrito pe-

lo Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando justificativa de falta nas Sessões Plenárias dos dias 28 e 29 do corrente mês, onde participará de reuniões para definir aquisição de áreas para assentamento dos agricultores que terão suas terras inundadas com a construção da Usina de Salto Caxias, nos Municípios de Medianeira e Nova Prata do Iguaçu. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi e do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, praças esportivas e similares, a estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 54/95 EMENDA Nº 01

#### PARECER:

A Emenda nº 01, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 54/95, tem por finalidade substituir o art. 2º, dispondo sobre a forma que será concedido o benefício assegurado no plano de lei em questão e ainda, estendendo o número de entidades para conceder o privilégio.

Da análise da referida Emenda, a mesma é inconstitucional, face ao que dispõe a Lei 7.819, de 29.12.83, em seu art. 1º, que dispõe:

"Art. 1º - A UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus e a UPE - União Paranaense dos Estudantes, serão as únicas entidades autorizadas a expedir cédula de identidade estudantil (Carteira de Estudante) aos estudantes matriculados na Rede Estadual de 1º e 2º Graus e Universitários".

Dessa forma, opinamos contrariamente.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: Edgard Bueno, Eduardo Trevisan, Luiz Claudio Romanelli, Valdir Rossoni, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Walmor Trentini, Duílio Genari, Carlos Simões e 02 ilegíveis.

Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (Para Discutir) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com muita honra trouxemos à apreciação

do Plenário desta Casa, projeto que levou o n° 54/95, do qual este Deputado foi apenas o intérprete, o porta-voz de uma reivindicação das mais expressivas lideranças estudantis do Paraná, sob o comando da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas do Paraná, brilhantemente presidida por Márcio André Sanchez, seus diretores Vellozo e Joaquim dos Santos, Secretário de Organização e Márcia Maria Silva, 1ª Tesoureira da UPES e ainda, além dessas lideranças que nos ponderaram, sugeriram a apresentação desse projeto, além de suas presenças honrosas, estão entre nós na galeria, valorizando a Sessão desta tarde da Assembléia Legislativa, lideranças como Egberto Magno, da Executiva da UPES, Robson Zanetti e Humberto Boaventura, da UNE, União Nacional dos Estudantes e jovens estudantes que vieram aqui acompanhar a posição de cada Deputado a respeito do Projeto 54/95.

O que é que estabelece este projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, meio ingresso para casas de espetáculos, meio ingresso para praças esportivas e similares a todos os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, aqui no Estado do Paraná, sejam eles estudantes da Rede Pública de Ensino ou até mesmo das escolas particulares.

Para os efeitos desta lei, Senhor Presidente, serão consideradas como casas de diversões os estabelecimentos que realizam espetáculos musicais, espetáculos artísticos, espetáculos circenses, espetáculos teatrais, espetáculos cinematográficos, atividades sociais, atividades recreativas, atividades culturais, atividades esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura ou entretenimento.

Serão beneficiados por essa lei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos os estudantes matriculados nas escolas de ensino público e particular do primeiro, do segundo e terceiro graus, cujo funcio-

namento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente. Quer dizer, como todo espetáculo, ele não pode ser realizado sem a autorização do órgão competente, senão ele é proibido, logicamente os estudantes com a aprovação dessa lei, sancionado esse projeto, terão direito a todas essas casas que mencionamos.

Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição requerida através de uma identidade estudantil, para evitar que esta lei vire bagunça, o estudante voltando aos velhos tempos em que ninguém estudava sem portar no seu bolso uma carteira de estudante fornecida pela escola, muitos agora não usam a carteira, porque elas não têm mais valor, quase não serve para nada, porque o estudante tem sido desrespeitado.

Um direito que existia anos atrás, queremos para que o estudante goze desse benefício que ele porte uma carteira, uma identidade estudantil, que terá que ser fornecida pelas entidades, visando portanto evitar que haja um tumulto na finalização desta lei.

A autenticação e expedição das carteiras deverão se dar através de uma lista, Senhor Presidente, que cada colégio terá que fornecer para essas entidades estudantis. Que se o aluno se matricula na escola, no máximo em trinta dias a escola terá que fazer chegar às entidades uma lista com os nomes de todos os estudantes. Essas entidades então, fornecerão a carteira estudantil, que dará o direito ao meio ingresso para estudantes.

Caberá, Senhor Presidente, às Prefeituras, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor, a rigorosa fiscalização, multando os estabelecimentos que descumprirem, culminando-lhes sanções administrativas cabíveis e até se for o caso, a suspensão do alvará de funcionamento ou a suspensão do espetáculo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de lembrar que o meio ingresso já existiu por muitos anos no Paraná, e quatro anos atrás o nobre Deputado Algaci Túlio também apresentou idêntico projeto ao que ora submetemos à apreciação do Plenário.

Chegou a ser aprovado e foi vetado pelo Governador do Estado. Queremos lembrar que o meio ingresso existe em quase todas as capitais. Em quase todos os Estados da federação brasileira, o estudante paga apenas meio ingresso e tenho a honra de dizer que na minha Cidade de Londrina, onde fui prefeito por quase dez anos, sancionei um projeto idêntico de autoria do então Vereador Luiz Eduardo Cheida, que foi transformado em lei.

Aliás, em Londrina, estudante paga

Curitiba, terça, em 29.08.95

Concedo aparte ao Deputado Pessuti.

meio ingresso não apenas para assistir a um jogo de futebol, para assistir a algum espetáculo no ginásio de esportes ou para assistir a um show ou uma corrida no autódromo, ou no cinema ou no teatro. Está aqui o Deputado Alborghetti, da minha cidade e o ilustre Deputado José Tavares, da minha cidade que sabem que em Londrina, um estudante paga meio ingresso nas casas de espetáculos, nas praças esportivas e paga meia entrada no transporte coletivo. Resultado: nem o transporte coletivo quebrou, nem o teatro quebrou. O cinema, quando passa um filme bom, está lotado. Se o show for bom, ele terá um público, caso contrário, não é pelo meio ingresso que estará sendo prejudicado e é bom lembrar que muitos colegas que hoje são Deputados, provavelmente no seu tempo de mocidade estudantil, tenham usufruído do meio ingresso nas casas de espetáculos de algumas cidades do Paraná, porque por muitos anos, existiu o meio ingresso no Paraná.

De repente, não tenho a estatística, qual foi a autoridade, quem sabe até, com alguma "bronca" de estudante, ou por não conhecer a real situação da nossa mocidade estudantil, simplesmente eliminou a cobrança do meio ingresso no cinema, no teatro, no campo de futebol, nas praças esportivas e nos vários espetáculos musicais ou culturais aqui do Paraná.

Gostaria de lembrar que muitos estudantes ou a grande maioria, ou é ajudada pelo próprio pai, pela própria família ou se vira sozinho, dentro de um sonho, dentro de um ideal de poder estudar, de frequentar os bancos escolares. Vejo no dia-a-dia, quantos estudantes, na hora do almoço, ao invés de uma comida de primeira, estão por aí nas casas que fornecem sanduíches, se alimentando através de lanches, porque a maior parte dos estudantes é "dura", vive com o bolso vazio, mora em república, mora mal, mas é a sua vontade de vencer na vida e esse projeto, o nosso propósito é até de dizer que respeitamos e valorizamos os estudantes do Paraná, porque se na minha Cidade de Londrina, um estudante paga meio ingresso e até paga a meia tarifa no transporte coletivo e se no resto do Brasil, em quase todo o Brasil tem apenas meio ingresso para os estudantes, por que esse descaso, esta desconsideração com o estudante do Paraná que às vezes tem vontade de ir a um teatro, de ir a um cinema, ir a uma praça esportiva, enfia a mão no bolso e o dinheiro não é suficiente para pagar o ingresso que é muito caro.

Por isso quero apelar aos Deputados. Vamos mostrar o nosso amor, o nosso respeito aos nossos estudantes, aprovando já o meio ingresso que estamos estabelecendo com nosso projeto.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Belinati, queramos cumprimentar Vossa Excelência e já tivemos a oportunidade de acompanhar a tramitação do projeto de Vossa Excelência nesta Casa, porque, sem sombra de dúvida, o projeto que hoje estamos votando já, pela segunda vez, ele resgata a nível de Estado do Paraná uma conquista muito importante que outrora tiveram os estudantes do nosso Estado.

Lembro-me quando estudante do 2º grau aqui em Curitiba, ainda quando fazia o Ginásio em Jardim Alegre e, naquela ocasião, eu pertencia à UPES do nosso Estado, que tínhamos essa permissão, tínhamos essa oportunidade de possuindo uma carteira, um documento que comprovasse que éramos estudantes de termos acesso a todos esses setores de diversões e realização de acontecimentos ligados à área cultural a gente podia entrar e pagar meia entrada.

Lembro-me, inclusive, e Vossa Excelência traz isso com muita propriedade, lembro-me de toda minha vida como estudante em Curitiba, de todas as dificuldades pelas quais passei porque era um estudante vindo do interior. Filho de um agricultor que Vossa Excelência conhece muito bem, o Natal Pessuti, e das muitas e muitas vezes que tive de vir à Assembléia Legislativa, na condição de estudante procurar o meu amigo Deputado Antonio Belinati, à época Deputado Estadual, para contar com o auxílio de Vossa Excelência para o amigo-estudante Orlando Pessuti na época.

E quero, realmente, registrar isso com satisfação, tenho orgulho de poder dizer isso, que na condição de estudante eu um dia pude ter a ajuda da Assembléia Legislativa através do meu amigo Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Só dizer que o orgulho é todo nosso de ver um jovem lá de Jardim Alegre que veio, de bolso vazio, e com a sua garra pôde vencer e cursar uma universidade.

O Sr. Orlando Pessuti - Quero, portanto, me somar a Vossa Excelência porque sei qual é a vida de um estudante, principalmente aquele que vem do interior para a capital. Muitas vezes, não tem a oportunidade de frequentar um cinema, um teatro ou qualquer tipo de outra atividade porque o dinheiro é curto, o dinheiro é escasso e muitas vezes mal dá para os seus estudos e para sua manutenção.

Portanto se quisermos que a educação, que a cultura da nossa gente cresça, que o nosso País prospere e acredito que a prosperidade de uma nação acontecerá, primei-



ro, através da educação do seu povo, temos que agir, abrir caminhos, abrir portas para que o estudante, para que a juventude possa ter acesso a todos esses meios culturais e de diversão, fazendo com que dessa forma, aprimore seus conhecimentos e no futuro possam ser os cidadãos que o Brasil aguarda que todos nós sejamos.

Parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI - Agradeço pelo aparte e concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Belinati, com muito prazer faço este aparte. O projeto é extremamente importante. Gostaria de fazer minhas as palavras do companheiro Pessuti e não lhe tirando o brilho da iniciativa, porque como Vossa Excelência colocou, esse projeto já tramitou por esta Casa.

Mas apenas prestando a nossa solidariedade principalmente, eu, porque fui militante estudantil do DCE, na UPE, na UNE e tantas foram às vezes que reivindicamos o meio passe - que Vossa Excelência estabeleceu em Londrina - e também o meio ingresso para que os nossos estudantes tenham essa oportunidade. Ao perceber aqui a grande presença dos estudantes, nesta tarde, gostaria de hipotecar esta solidariedade mas não como uma forma isolada de um apoio que possam dar a esta extraordinária iniciativa de Vossa Excelência.

Apenas como justiça pela luta, pela galhardia e pelo tirocinio que tem tido a classe estudantil ao longo dos anos para buscar os seus direitos. Este, além de um direito é uma oportunidade que Vossa Excelência coloca neste seu pronunciamento. O Senhor está na verdade sendo o porta voz daquilo que pensam, com certeza absoluta, os estudantes do nosso Estado.

Tem a nossa solidariedade, o nosso apoio e gostaria aqui então de prestar esta homenagem a Vossa Excelência que tão bem soube interpretar as vozes daqueles que ainda são e continuam sendo a esperança de um Brasil melhor que são os nossos estudantes.

O Sr. Walmor Trentini - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Antonio Belinati, quero cumprimentar Vossa Excelência pela segunda vez, porque pela primeira vez eu o fiz em 1992 quando Vossa Excelência sancionou este projeto lá na Cidade de Londrina e fruto desse grande projeto que Vossa Excelência sancionou em Londrina me fez apresentar um projeto idêntico na Cidade de Paranavaí e também vi aprovado, instituindo esse meio ingresso.

Quero dizer a Vossa Excelência que renovando a grande admiração que tenho por Vossa Excelência, que vendo agora este projeto que se estenderá por todo o nosso Estado do Paraná é motivo de bastante orgulho.

Quero me somar a Vossa Excelência e a todos os estudantes do Paraná e vou votar favoravelmente a este projeto como já fizemos na Comissão de Justiça.

Muito obrigado.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Belinati, gostaria, em nome do PSC, do nosso Partido, cumprimentá-lo pela brilhante idéia de estender para todo o Estado do Paraná este direito. Já fui estudante, e como Presidente de uma União de Estudantes no Rio Grande do Sul, lutávamos muito para que se mativesse esta idéia de que o estudante seja valorizado e que tenha pelo menos direito a pagar meio ingresso nas promoções artísticas, nos cinemas e espetáculos apresentados no Rio Grande do Sul na época.

E aqui hoje, como Deputado, votamos favorável à idéia, que só poderia vir de um brilhante prefeito e que futuramente deverá ser o Prefeito de Londrina.

Parabéns, Deputado Belinati.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria dizer a Vossa Excelência que acho uma tremenda burrice, e achei na época quando o Deputado Algaci Túlio apresentou esse projeto, foi a maior burrice vetá-lo.

Lembro-me, conversava com a Mesa agora, com o meu querido Caxias, que é da Diretoria Legislativa deste Parlamento, na minha época de grupo, no interior do Estado de São Paulo, na minha época de ginásio, pagávamos meio ingresso para adentrar ao cinema, para adentrar a qualquer espetáculo que tinha no interior de Andralina no Estado de São Paulo. Pagávamos, na saudosa terra do meu querido estadista, Áuro de Moura Andrade, meio ingresso para qualquer modalidade esportiva. E não sei o porque, à burrice de determinadas pessoas de não permitir que o estudante, principalmente aquele estudante carente que às vezes não tem condições de pagar o ingresso do cinema ou de ir ao Cine Teatro Ouro Verde, em Londrina, ou ir ao Cine Teatro de Ibiporã, ou de Cambé, ou de Maringá, de Cascavel, de Guarapuava ou de Curitiba, entendeu.

Então acho uma burrice, meu Deus do Céu. Acho que temos que caminhar para o primeiro mundo. Não retroceder. Então não



**Curitiba, terça, em 29.08.95**

quero tirar o brilho da idéia de Vossa Excelência, da idéia dos estudantes do Paraná, porque quando foi prefeito, aliás Vossa Excelência tem uma vida marcada não só neste Parlamento, mas na Câmara Federal, tem uma vida marcada como Prefeito de Londrina, Vossa Excelência instituiu a meia passagem para os menos favorecidos da zona sul, da zona norte.

Lembro quando aconteceu a invasão no Conjunto União da Vitória, que todo mundo pensou que iam te afrontar em frente à Prefeitura, e o Sr., com aquele trejeito que lhe é peculiar, com muita calma, com tranqüilidade, construiu o Conjunto União da Vitória.

E Vossa Excelência esta tarde, está de parabéns, não só os parabéns do Deputado Alborghetti, mas acredito que dos 54 Deputados. Seria idiotice deste Parlamento votar contra o Projeto de V. Exa. que beneficia os meus três netos que nasceram em Londrina, que serão estudantes, beneficia o meu filho que tem 14 anos e estuda na Capital do Estado e vai beneficiar todos os estudantes do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BELINATI - Muito obrigado, Deputado Alborghetti, fico honrado com seu aparte.

Concedo aparte ao Deputado Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan: Deputado Belinati, o nosso Deputado Alborghetti já disse tudo o que eu queria dizer, uma vez que ele também é pertencente do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, essa revolução em marcha.

Gostaria, em nome de toda nossa Bancada, especificamente em nome do nosso Líder, Deputado Nelson Justus, do Presidente Anibal Khury e demais membros, apresentar o nosso apoio total ao seu Projeto. Votaremos todos a favor do seu Projeto que permite aos estudantes o pagamento de meia entrada nos espetáculos artísticos e culturais, porque entendemos que este Projeto representa uma grande conquista para todo esse segmento da comunidade.

Vossa Excelência é um homem público, de sensibilidade, sempre digo que para atuar na vida pública não basta ser empreendedor, empresário, bom administrador, tem que ter sensibilidade política, tem que saber entender as esperanças e os anseios da sociedade e traduzir isso numa atitude concreta. E V. Exa. fez muito bem, agiu com nobreza, com sensibilidade, com espírito político e trouxe a esta Casa esta importante discussão!

Temos que transformar a nossa sociedade e fazermos com que os nossos jovens, esses jovens que enfrentam tanta dificuldade, com dificuldade financeira, numa so-

cidade em crise, querem buscar formação, o saber, o conhecimento e muitas vezes não dispondo dos recursos acabam não podendo se embeber da nobreza do conhecimento, e seu Projeto vem no sentido de sanar este problema e permitir que nossos jovens, que estão em processo de formação, de busca, de conhecimento, com idealismo, com esperança possam pagando meio ingresso, frequentar mais espetáculos artísticos e culturais e dessa forma ter a oportunidade de uma educação mais consistente e mais enriquecedora.

Parabéns, a Bancada do PTB vota, em massa, vota "SIM" ao seu Projeto.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, Deputado Trevisan.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

É bom destacar que a juventude precisa ter facilitado o acesso à cultura, o que influi positivamente no desenvolvimento intelectual e na formação do cidadão.

Queremos louvar o trabalho das entidades, a todas as lideranças e aos estudantes que estão empenhados para que hoje, em segunda e última discussão, possamos aprovar esse projeto, que já teve sua aprovação em 1ª Discussão no dia 18 de junho.

Como houve Emenda, voltou para a Comissão de Justiça e hoje a matéria será em definitivo analisada por este Plenário.

O Sr. Emerson Nerone: Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Belinati, gostaria apenas de fazer um comentário. Hoje há inúmeras defesas desse Projeto e há uma possibilidade real que esse Projeto venha a ser vetado, então gostaria apenas que as pessoas que fazem hoje o uso da palavra, que mantenham na vinda do Veto a mesma posição e a mesma coerência.

Hoje vai ser fácil somar todas as pessoas que falaram favoravelmente, e é simples depois constatar se essas mesmas falas votarão com o Veto ou contra o Veto, porque provavelmente a Bancada Governista que hoje se manifestou favorável, obviamente votará contra o Veto do Senhor Governador.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Encerro então, louvando mais uma vez o trabalho dessas entidades, das suas lideranças, do Márcio que comandou todos os líderes que aqui estão e dos estudantes e finalizo, Presidente Anibal Khury fazendo voto que essa mocidade estudantil, que essas lideranças possam hoje voltar para a casa ou voltar para a escola e dizer aos professores e aos seus colegas de escola,

dizer aos seus parentes e aos seus amigos, que nós, Deputados estaduais, independente de sigla partidária, entendemos como justo que o nosso estudante que batalha a vida com enorme sacrifício teve o seu reconhecimento nesta Casa de Leis na tarde de hoje com a aprovação, Sr. Presidente, que é o que conclamo para que não tenhamos quem sabe um voto contra sequer, que tenhamos aqui a aprovação dos 54 Deputados ou de todos os Deputados que estão presentes, que possam essas lideranças sentirem...

(É tirado o som)

...portanto, Sr. Presidente, que possam essas lideranças e esses estudantes voltarem para casa com o coração realmente feliz pela valorização desta Casa, porque é importante e o nosso apelo que todos votem favorável para que o nosso estudante do Paraná seja da Capital ou do interior, da cidade grande, média ou pequena, que o nosso estudante a partir da sanção desta lei, quando desejar se dirigir ao estádio de futebol, à praça esportiva, ao teatro, ao cinema, a uma casa de show, ao evento cultural, que ele possa pagar apenas metade do ingresso, para que isso sirva, inclusive como meio e como instrumento para trazermos a nossa mocidade cada vez mais próxima ao encontro da nossa cultura.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Liderança do Governo entende que o Projeto é polêmico, a Liderança entende o mérito do Projeto, mas tem preocupações com relação à questão da legalidade.

Já tivemos aqui, nesta Casa, - lembro os Deputados que vieram da legislatura anterior, - Projeto de minha autoria que foi aprovado pelo Plenário, mas que depois foi vetado pelo governo anterior.

Tenho preocupações com relação ao Projeto, mas libero a Bancada Governista para que vote conforme a sua consciência e conforme o seu entendimento.

No entanto, deixo já a minha preocupação da maneira como poderá pensar a Assessoria Jurídica do Governo no sentido da aprovação da manutenção de sancionar ou não esta Lei.

Fica esta minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto sem prejuízo da Emenda.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

A Emenda com parecer contrário da C.C.J..

O Sr. Dr. Rosinha: Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui fazer a defesa da Emenda assinada pelo Deputado Péricles de Mello do PT.

O Deputado Péricles teve que se retirar uma vez que tem uma audiência com a vice-Governadora Emília Belinati e o Secretário, junto com os Deputados que ora ocupam a tribuna para discutir a questão da habitação em Curitiba e Região Metropolitana. Então um dos Deputados do PT acompanha, que é o Péricles e faço aqui a defesa da Emenda dele.

O Deputado Péricles apresentou uma Emenda onde estabelece a descentralização do fornecimento dessas carteirinhas. E coloca algumas condições que a entidade ao fornecer a carteirinha tenha comprovada a estância jurídica pelo menos de doze meses, que não possua nenhuma pendência junto ao Tribunal de Contas do Estado e descentralize no sentido de que as entidades de caráter municipal tem que ser identificadas junto à Secretaria da Educação, tanto os municípios como a Secretaria de Educação do Estado, e as de níveis estaduais também igual às de nível primário.

Descentralize no sentido de que as uniões municipais de estudantes ou grêmios possam fornecer as carteirinhas a quem está no primeiro grau, segundo grau, estabelece as entidades no caso a União Paranaense dos Estudantes, grêmios estudantis, assim por diante. No nível universitário podendo ser dado pelas entidades desse nível, ou seja, nada altera na lei, a não ser descentralizar, fazendo com que isto seja agilizado no cumprimento desta lei.

Quanto a dizer que pode existir mais do que um tipo ou modelos de carteiras, o Estado, ao regularizar a lei pode muito bem padronizar o modelo, facilitando a expedição dessas carteirinhas.

Portanto, não somos contra o projeto: votamos, apoiamos e pedimos o apoio a esta Emenda.

O SR. ROMANELLI (Para Encaminhar) - Queria resgatar o espírito original da lei que foi proposta pelo Deputado Antonio Belinati, que na verdade vem fortalecer as entidades estudantis, representativas do conjunto dos estudantes do primeiro e segundo graus e do terceiro grau do Paraná.

Por isso, gostaria que os companheiros da Bancada do PMDB e das demais bancadas, rejeitassem essa emenda, que já foi rejeitada pela C.C.J., porque é flagrantemente inconstitucional e que mantivessem o projeto original do Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que rejeitam a emenda, conservem-se como estão. **Rejeitada.**

Curitiba, terça, em 29.08.95

O SR. LUIZ C. ROMANELLI (Pela Ordem) -

Gostaríamos que Vossa Excelência, no alto da inteligência dos mais de 40 anos de mandato que possui, pudesse abrir uma exceção, porque deveríamos ter feito, como no acordo com o Deputado Vanhoni, ontem, no horário apropriado. A manifestação que ocorre hoje aqui na nossa capital, do movimento que luta pela legalização do seu lote.

Tivemos um atraso, a manifestação se encontra lá fora e aqui há um conjunto de lideranças que vieram aqui para trazer à Assembléia o seu grito de desespero por uma situação que todos não desejamos, que são os despejos. Por isso, gostaríamos que Vossa Excelência abrisse, por cinco minutos, a palavra ao Senhor Ronald Rutina e ao Presidente da Federação de Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR, que falará em nome do movimento popular, através das lideranças que se encontram aqui organizadas.

Gostaria de solicitar às lideranças dos partidos que, logo após ao término desta Sessão, conosco fossem à vice-Governadoria, em audiência que vamos ter com a nossa vice-Governadora, Deputada Emilia Belinati, para discutirmos essa questão tão grave que pode afetar, na verdade, a estabilidade de muitas famílias curitibanas da região metropolitana e paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Exceção aberta.

Concedo a palavra ao Senhor Ronald, por cinco minutos.

O SR. RONALD - Em nome das lideranças que coordenaram esse dia 29, dia de luta pela regularização fundiária e urbana e contra os despejos, que inclui a FAMOPAR, a Central de Movimentos Populares, a Organização e Associação da Ferrovia, a União do Guatupê, a União Geral de Bairros e a CUT.

Agradecemos à Mesa da Assembléia Legislativa. Vamos aproveitar para encaminhar um documento ao Exmo. Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, onde traz um histórico do movimento de luta pela moradia em toda Curitiba e região metropolitana.

Desse documento, destacamos alguns pontos: queremos sensibilizar as autoridades do Estado do Paraná e em especial o Governador, o Secretário de Segurança Pública e o de Habitação, para que não sejam realizados os dez despejos que estão sendo divulgados e que deverão ocorrer nos próximos dias.

Já existe uma disposição do Secretário de Segurança Pública que dê um prazo de 60 dias para que houvesse negociações e nesse

prazo, o movimento está organizado e já encaminhamos à Prefeitura Municipal, através do Presidente da COHAB, esse mesmo documento e logo em seguida vamos entregar à vice-Governadora, para que não se realizem os despejos, não tenhamos um fato aqui como aconteceu recentemente em Rondônia.

Que tenhamos sim, a regularização não só das dez áreas que estão à disposição dos despejos. Não só as 59 áreas que têm ação de reintegração de posse no Tribunal de Justiça, mas que se construa neste momento, um grande projeto de legalização, de regularização de todas as áreas irregulares de Curitiba e da Região Metropolitana.

Não só as áreas de ocupação, mas os loteamentos clandestinos que são bastante grandes na região metropolitana de Curitiba.

Queremos que o conjunto dos Deputados e que a Mesa da Assembléia Legislativa também atente para o que ocorre no país todo.

Está sendo discutido no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados, o projeto de lei de iniciativa popular, que o movimento popular do país coletou mais de um milhão de assinaturas, é o projeto que cria o Conselho e o Fundo Nacional de Moradia Popular, e acreditamos que a Assembléia Legislativa pode dar esse passo inicial, criando aqui, no Estado do Paraná, o Fundo e o Conselho Estadual de Moradia Popular.

Agradecemos a atenção de todos os Parlamentares e, principalmente, dos companheiros e lideranças das diversas associações de moradores de toda a grande Curitiba que aqui estiveram, neste dia, fazendo esta grande manifestação para sensibilizar as autoridades.

Vamos entregar documento idêntico ao Presidente da Assembléia Legislativa e queremos contar não só com a solidariedade, mas com a participação da Assembléia Legislativa e de todos os Parlamentares nessa luta, nessa negociação. Para que tenhamos em Curitiba, na região e no Paraná todo, todas as áreas consideradas ilegais ou irregulares, legalizadas. Todos os trabalhadores que habitam nessas áreas ocupadas desejam, querem pagar e fundamentalmente querem ter o título da terra para ter um sono tranquilo.

Obrigado a todos.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só gostaria de deixar registrado, aqui, que nesta reunião com a vice-Governadora Emilia Belinati, o grupo que aqui se encontra, o grupo de Deputados que deverá seguir para tentar resolver de vez esta questão, gostaria que fôssemos daqui já pautados. Que tentássemos, de uma vez por

todas. a criação de um fundo específico para desapropriação, porque aí evitaríamos o que está por vir: evitaríamos a retirada das famílias e evitaríamos também a relocação dessas famílias. Elas, com o fundo, poderiam comprar os lotes e pagar as prestações, como se faz na COHAB, como se faz no financiamento de habitação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece normas para abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDA DA C.A.I.C.. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio - Aprovada. O projeto irá à 3ª discussão.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/95, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que denomina de Rodovia Coluna Prestes a PR-488, que inicia em Santa Helena, passando por Diamantina d'Oeste e Vera Cruz, até a BR-277. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 304/95

EMENDA SUBSTITUTIVA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Auditor, Procurador Geral e Procurador do Estado junto a este Tribunal a partir de 01.08.95.

Esta Comissão já se manifestou com relação ao projeto e, ao analisar a emenda substitutiva, não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Plauto Miró

Curitiba, terça, em 29.08.95

Guimarães, Edson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, Eduardo Trevisan, Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, José Tavares e Toti Colaço.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda de Plenário, com parecer favorável da C.C.J.. Aprovada.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Art. 72, da Lei nº 11.054/95, conforme especifica (Lei Florestal). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 27.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 140/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei visa alterar a redação do art. 72, da Lei nº 11.054/95 (Lei Florestal).

O art. 72 da referida lei, tem o seguinte texto:

"Art. 72 - A autoridade florestal no Estado, prevista nesta lei, será o Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou seu sucedâneo definido em lei."

Com a nova redação pretendida no projeto a autoridade florestal passaria a ser a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou órgão sucedâneo a ela definido em lei.

Conforme a Lei nº 8485/87 que cita as matérias de âmbito de ação da mencionada Secretaria, vemos que lhe compete a aplicação e a fiscalização da ordem normativa da defesa vegetal e animal, assim como a administração dos parques florestais do Estado.

No aspecto constitucional, o objeto aqui discutido, coaduna-se com o art. 207, da Constituição Estadual, que diz caber ao Estado o dever de defender e preservar o Meio Ambiente para que as gerações presentes e futuras possam dele usufruir, assim como é dever estatal proteger o patrimônio ecológico paranaense.

Isto posto, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto de lei em tela, por nada encontrarmos nele que seja ilegal ou inconstitucional.

Sala das Comissões, em 23.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/95, de autoria do Ministério Público - Procuradoria, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e

Curitiba, terça, em 29.08.95

as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94, de 14.08.95 - Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 300/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público - Procuradoria, tem por objetivo reajustar vencimentos de cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

O Deputado Relator Nelson Justus manifestou-se favorável ao projeto; sendo aprovado pelos membros desta Comissão, o voto em separado do Deputado Luiz Claudio Romanelli onde requer diligência junto à Procuradoria Geral de Justiça.

Após cumprida a diligência, essa Comissão volta a se manifestar com relação à matéria, mantendo o parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 300/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público - Procuradoria, tem por objetivo reajustar os vencimentos de cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento que o da Comissão de Constituição e Justiça, emitindo, assim, seu parecer favorável, a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 302/95, de autoria do Ministério Público - Procuradoria, que fixa o vencimento do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94, de 14.08.95 - Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 302/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público-Procuradoria, tem por objetivo fixar o vencimento do Procurador Geral de Justiça do Paraná.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 302/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, através de seu Procurador Geral do Estado, tem por finalidade fixar o vencimento do Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator, ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento mensal de cargos de Auditor, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94 de 14.08.95 - Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 309/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Auditor, Procurador Geral e Procurador do Estado junto a este Tribunal a partir de 01.08.95.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa

de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 309/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei em pauta, de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem como finalidade fixar o vencimento básico dos cargos de Auditor e, também, de Procurador do Estado e Procurador Geral, junto ao mesmo Tribunal.

Na análise da Comissão de Constituição e Justiça, nada foi verificado que pudesse prejudicar sua tramitação.

Tendo em vista que as despesas decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas, esta Comissão não vê qualquer obstáculo à sua tramitação na forma regimental, de acordo com as condições propostas.

Diante dessas considerações, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a adoção da tabela e reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de agosto de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 99, de 21.08.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 324/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo reajustar e adotar tabela única, a partir de 01.08.95, vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder Judiciário, adotando outras providências.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que pudesse obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, conforme Emenda Substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

#### PROJETO DE LEI N° 324/95

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam reajustados em 10% (dez por cento), tomando por base as Tabelas da Lei n° 11.074, de 29 de março de 1995.

Art. 2° - Ficam reajustados a partir de 1° de agosto de 1995, no percentual de 10% (dez por cento):

I - os valores dos níveis de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, na forma das Tabelas que integram o Anexo I desta lei;

II - os valores das gratificações de produtividade;

III - os valores das gratificações de representação de gabinete.

Art. 3° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), a partir de 1° de agosto de 1995.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1995, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 324/95

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 531/95, que dispõe sobre a adoção da Tabela Única e reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de agosto de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder Judiciário e adota outras providências.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, com Emenda Substitutiva, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, nada encontramos que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em epígrafe, portanto, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.



do requerimento feito pela Bancada do PT, não posso, em momento algum, concordar com ele. E explico as razões por achar que o requerimento é inoportuno, mal colocado, e passaria a tarde aqui adjetivando tal procedimento.

O requerimento pede e cinco Deputados do PT subscrevem a presença do Secretário Miguel Salomão, pessoalmente para prestar informações pertinentes ao pleito da INPACEL sobre isenção do ICMS e respectiva posição do Governo Estadual.

Por essa razão, Sr. Presidente, não posso concordar, data vênica, com este pedido, porque não existe nenhum pleito da INPACEL. Aprovaria e até gostaria que o Secretário Miguel Salomão aqui estivesse para explicar a todos nós, e principalmente para a Bancada das viúvas do Lula, que se reúnem para mostrar seus espíritos de escaravelhos, de verdadeiros retaliófilos humanos, tentando enlamear nomes de empresários e de empresas do nosso Estado.

Aceitaria a convocação do Secretário Miguel Salomão, para vir aqui prestar esclarecimentos sobre o Programa "Paraná Mais Empregos", aí sim estaria favorável e iria ajudar a Bancada do PT a esclarecer tais dúvidas.

A partir do momento em que se vincula o nome da empresa INPACEL, e por que não vincular o nome de outras empresas como a Batavo, a Maizena, e tantas outras, que também como bons empresários e empreendedores, têm interesse num projeto de alta envergadura, como é este caso?

Por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, enquanto a Bancada do PT não fizer um requerimento decente, que condiga com a realidade dos fatos, convocando sim o Secretário Miguel Salomão para prestar esclarecimentos sobre o Programa "Paraná Mais Empregos", e faço questão, até de antecipando a vinda do Secretário aqui, de entregar à Bancada do PT uma cópia do Programa. Foi por esse Programa que o PT se reuniu, no final de semana, e sequer analisou. Veio com picuinhas sobre o BAMERINDUS, sobre o fato de serem despedidos 10.000 funcionários, não sei lá aonde, quer dizer, problemas exclusivamente pessoais.

Por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminho contrariamente a este requerimento, por achá-lo intempestivo, inocuo e nada tem a ver a INPACEL com esse requerimento.

O SR. PÉRICLES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, não posso entender, e esse é o sétimo ano de experiência minha no Poder Legislativo, já que fui Vereador 6 anos em Ponta Grossa, que Deputados, eleitos pelo povo se neguem a dar o direito de informação à Assembleia Legislativa. A

própria Constituição brasileira nos assegura esse direito, não aos Deputados, não aos Vereadores. não ao Poder Legislativo, mas aos cidadãos deste País. Então não podemos de forma alguma aceitar e repudiamos atitudes desta natureza, qualquer impedimento de que possamos exercer a plenitude o mandato que a população nos delegou.

Segundo lugar, vamos ao centro, a substância da questão levantada pela Bancada do PT. A própria Reforma Tributária do Governo Federal tem várias questões que somos contra, o prejuízo que trará a um Estado agrícola como o Paraná, ela tem um avanço que é tentar impedir a guerra fiscal dos Estados que só prejudica o povo e só concentra a renda e ajuda o grande capital.

Uma vez fiz esse debate em Ponta Grossa, com certa profundidade. A primeira pergunta que temos que fazer, quando o Governo do Estado isenta a cobrança de imposto, ele está beneficiando aumento de salário dos trabalhadores da empresa isentada? Ele está diminuindo o preço da mercadoria que a empresa produz? Não, ele está pura e simplesmente concentrando a renda e colocando uma deslealdade no próprio mecanismo de funcionamento das leis capitalistas de mercado.

Agora, se podemos aceitar e defendemos a isenção fiscal ou atraso na cobrança de tributos para novas empresas que se instalam em nosso Estado, podemos defender isso com um único motivo, existe uma guerra fiscal contra a nossa vontade dos Estados e as empresas colocam uma espécie de Espada de Dâmocles na cabeça dos governantes, porque se o governante de um Estado não oferece isenção o outro oferece, como aconteceu na guerra de uma empresa para se instalar em São Paulo e Rio de Janeiro e acabou se instalando no Estado que mais isenção ofereceu. Isso é uma coisa. Outra coisa é socorrer uma empresa de um grande grupo econômico, dos maiores do Brasil. Grupo econômico que sabidamente ajudou a financiar a campanha Lerner ao Governo deste Estado, empresa que já está instalada no Paraná. Não é objeto de guerra fiscal portanto, porque já está instalada aqui, instalada em Arapoti, eu conheço, inclusive a minha tese de mestrado sobre a questão agrária foi em Arapoti no Projeto Poti, de 413 famílias que vieram de ITAIPU e se instalaram no projeto de assentamento, foram aniquiladas e lá se instalou e depois a INPACEL, tirando e enxotando esses proprietários rurais, pequenos lavradores daquela região.

Nós não podemos aceitar esse tipo de protecionismo. Não podemos aceitar uma teoria que muda de função, de um lado se critica as estatais por ineficientes e ninguém se incomoda em colocar na rua da

Sala das Comissões, em 28.08.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**Em votação.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) -  
Senhor Presidente, estamos votando o Projeto n° 324/95, de autoria do Tribunal de Justiça. Esse projeto visa reajustar o salário dos servidores daquele Poder.

Mandou para cá - o Presidente do Tribunal de Justiça - uma Mensagem propondo um reajuste de 53,58%. Essa proposta de reajuste foi fruto de uma negociação direta ocorrida entre o representante dos trabalhadores, os sindicatos e o Presidente daquele Tribunal.

Ao longo dos últimos anos, os servidores do Tribunal de Justiça, por mais uma vez, fizeram movimento de paralisação, fizeram greve, fizeram protestos, e cada movimentação destas tinha ganhos e tinha perdas e numa negociação livre entre ambas as partes concluíram por este reajuste. Mandada para cá esta proposta na C.C.J., sofre, Senhores Deputados, uma emenda propondo somente 10%, desrespeitando a negociação entre as partes.

Por isso, defendemos a aprovação do projeto original e não a emenda da C.C.J.. E mais, Senhores Deputados, enquanto ontem nesta Casa se discutia e votava o reajuste dos Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, já havia sido expedido o contra-cheque com a ordem de pagamento, com os reajustes previstos na lei, sem a lei estar aprovada.

Portanto, uma afronta e um desrespeito a este Poder Legislativo, se concedendo e se publicando o reajuste, de acordo com cópia xerox de um contra-cheque que tenho em minhas mãos, na qual é a xerox do contra-cheque, mostrando que o reajuste já estava sendo colocado na folha de pagamento, sem existir lei, uma vez que ela foi aprovada, ontem aqui ainda, estava tramitando.

E mais, o contra-cheque dos servidores públicos daquele Tribunal está saindo na data de hoje com 10%, sendo que a lei está aqui para ser votada.

Isto é um desrespeito a este Poder, é um desrespeito entre os Poderes, e aqueles que deveriam fazer com que as leis fossem cumpridas, após serem aprovadas, estão desrespeitando justamente de onde tinha que ter o exemplo, e isto não está ocorrendo.

Portanto, nós, da Bancada do PT, votaremos os 53,58 e contra a emenda e pedimos e exigimos respeito ao Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. O Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça será

apreciado na Sessão de amanhã.

Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Com voto favorável do PT ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos n°s 2444 e 2460, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2441, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2442, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2445 e 2446, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2447, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2448, 2449, 2450 e 2451, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2453 e 2454, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2459, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Emerson Nerone e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2455, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 2456, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) -  
Senhor Presidente, ainda na Sessão de ontem, o Líder da Bancada do PT, que lamentavelmente não se encontra aqui hoje, encaminhava requerimento convocando o Secretário de Finanças, Miguel Salomão, eu tinha assumido o compromisso de que encaminharia favoravelmente a presença do Secretário Miguel Salomão a esse Plenário. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao tomar conhecimento, com detalhes

Curitiba, terça, em 29.08.95

amargura vinte mil ferroviários como se promete, com relação a Rede Ferroviária Federal, dizendo que a Rede é incompetente, ineficiente e ineficaz e daí ninguém fala em emprego, fala-se em insuficiência. Agora quando é para proteger o capital privado, neste conluio histórico no Brasil, entre o Estado a privatização do próprio Estado, se fala que empresário ao invés de ter lucro gera emprego. Não podemos repito aceitar esse tipo de coisa num parlamento de um Estado avançado como o nosso, o Estado do Paraná.

Em nome da democracia repudiamos esse ato que tenta impedir um Secretário de Estado de vir aqui oferecer informações aos representantes do povo do Paraná. Agora, Deputado Nelson Justus, podemos ser derrotados mais uma vez aqui dentro, mas tenho certeza que iremos à justiça, iremos protocolar pedido de informações e o Governo não poderá se furtar a oferecer informações ao povo do Paraná, que o elegeu e que ainda deposita esperanças nesse governo e não pode aceitar conluio de milhões entre um grande grupo econômico do Estado quando falta recursos para universidades, e a Universidade de Ponta Grossa está fechando suas portas, porque o Governo nem os cento e vinte e cinco mil reais que deveria repassar por mês, não repassa àquela universidade, não tem dinheiro para comprar giz e os professores não podem dar as suas aulas.

Não podemos aceitar esse conluio entre governo e grandes grupos privados, capitalistas, quando falta dinheiro para pagar o salário mínimo dos professores que ganham menos de cento e cinquenta reais para lecionar 20 horas de aula. A educação em crise, a saúde em crise e o Estado conluindo vergonhosamente com grupos que utiliza para financiar suas campanhas eleitorais.

Fica aqui nesse momento a confiança na consciência dos Deputados e o repúdio àqueles que impedem o povo do Paraná ter acesso a informações de seu governo.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Gostaria apenas de ressaltar algo que o Deputado Nelson Justus usou no seu pronunciamento. Um dos maiores líderes que o Brasil já conheceu, nós assumimos uma posição frente a um (muito bem colocado pelo Deputado Péricles) descaso com todas as pequenas empresas, com todas as empresas que de fato tem aplicado o seu capital no Paraná e em compensação rumores já confirmados pelo governo dos quais queríamos informações mais seguras por parte do Secretário, informações que viriam nos mostrar de forma clara que o Governo do Estado do Paraná houvesse se explicar ao invés de

usar os recursos públicos para ajudar a todos os que produzem nesse Estado. Passa longe do projeto de desenvolvimento realista isso.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Não posso concordar com um deputado que deva ter tido meningite quando criança para falar desse jeito a frente aqui esse Poder...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Rejeitados contra os votos do PT.

O Sr. Dr. Rosinha (Verificação de votação) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.  
4 deputados aprovam  
25 deputados rejeitam  
Está rejeitado o requerimento.

Requerimentos n.ºs 2436 e 2437, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Rejeitados pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Dois requerimentos de minha autoria que estão na Mesa desde a data de ontem, fiz um acordo com a Liderança do Governo de retirá-los no sentido de que o governo providenciará as respostas desse requerimento sem tê-la aprovado na Mesa. Aguardaremos por uma semana essas respostas, e se não vierem, reapresentaremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado ambos os requerimentos.  
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 128/95 e 304/95
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 300/95, 302/95, 309/95 e 324/95
- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 475/93 e dos de Resolução n.ºs. 022/95 e 029/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS DOUTOR ROSINHA, ÂNGELO VANHONI, EMERSON NERONE, IRINEU COLOMBO E PÉRICLES DE MELLO, EM SESSÃO DO DIA 29 DE AGOSTO DE 1995**

"Tortura Nunca Mais"

Narciso Pires.  
Integrante do grupo Tortura  
Nunca Mais.

Neste mês de agosto estamos comemorando o 16º aniversário da Lei de Anistia que inaugurou um novo período na história do Brasil com a libertação de centenas de presos políticos e o retorno ao Brasil de milhares de exilados.

Em 1964 com o Golpe Militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart milhares de pessoas foram perseguidas, presas, sequestradas, torturadas e mortas em nosso país durante toda a vigência do Regime Militar. Ainda hoje mais de 170 mil pessoas contra o Regime Militar continuam desaparecidos. Investigações primeiramente dos familiares de mortos e desaparecidos e dos comitês de Anistia e posteriormente pelos Grupos Tortura Nunca Mais dos diversos Estados brasileiros, concluíram que essas pessoas também foram mortas a maioria nas torturas praticadas nos porões do DOI-CODI. Esta situação absurda e desumana criou uma legião de viúvas e órfãos de fato mas não de direito. Não sendo de direito deixaram ao longo dessas décadas de se beneficiarem de pensões pelas suas mortes. Pior do que isso não puderam plantar os seus mortos levando-lhes flores em suas datas especiais. Crianças foram criadas sem notícias de seus pais pois até a morte também é notícia e importante referência na formação do ser humano.

Esses crimes hediondos, repudiados na época pelo mundo inteiro e considerados crimes contra humanidades foram auto-anistiados. Contrariando o procedimento comum da história do Brasil e de outros países na utilização do Instituto da Anistia, os militares brasileiros se auto anistiarão com a figura dos chamados crimes conexos. Sem serem perseguidos trataram de se proteger. Os assassinos e torturadores foram festejados, promovidos e passaram a ocupar e ocupam ainda em diversos casos, cargos de confiança na burocracia brasileira. Em contrapartida os perseguidos, presos, sequestrados e torturados, as verdadeiras vítimas que deveriam ser as beneficiárias da Lei da Anistia continuaram o seu périplo jurídico para garantir os benefícios da lei. Milhares de pessoas nessas condições jamais tiveram amparo nesse benefício. Continuam a sua luta, entre elas os mortos e desaparecidos pelo Regime Militar. A ANISTIA NÃO FOI AMPLA NEM GERAL E NEM IRRESTRITA. Ela só o foi para os detentores do poder ditatorial como os assassinos e torturadores do DOI-CODI.

Mesmo de alcance reduzido a Lei de Anistia foi um duro parto no Brasil dos militares. E ela somente foi possível graças à luta de personalidades, entidades da sociedade civil como a OAB, a ABI, a CNBB e grupos de Anistia como os CBA (Comitês Brasileiros pela Anistia) e os Movimento Feminino pela Anistia.

Em meados de 1970 a Dra. Terezinha Zerbini, esposa do Gal. Zerbini, um militar patriota injustiçado durante a Ditadura Militar já percorria o Brasil, procurando sensibilizar os mais variados setores da sociedade civil e da população quanto à urgência e a necessidade da luta e conquista da Anistia. Com esse objetivo ela criou o Movimento Feminino pela Anistia. Foi em nome dessa luta que no Paraná ela esteve em Londrina, Apucarana e outras cidades em 1975. Por essa época as prisões militares detinham centenas de presos políticos. No exterior mais de dez mil brasileiros tinham buscado a proteção contra o terror implantado em solo brasileiro pelos maus militares que tinham se assenhorado do poder. Havia urgência de se libertar os presos e retornar para o nosso país esses milhares de patriotas.

Por volta de 1978 o Brasil já estava mais sensível pela luta de milhares de brasileiros que cada vez mais se engajavam na campanha da Anistia, dentre elas a incansável Dra. Terezinha Zerbini.

Em Curitiba a Professora Neide de Azevedo Lima também fundava o Comitê Feminino pela Anistia. Em Londrina intelectuais, estudantes e populares fundam o Comitê Londrinense pela Anistia. Ainda na capital estudantes, ex-presos políticos, políticos da oposição, trabalhadores constroem o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA. O CBA-CURITIBA torna-se rapidamente na mais expressiva entidade política de então, transformando-se em referência natural para os movimentos populares, dos trabalhadores e dos estudantes da época. As primeiras manifestações de rua como passeatas e atos públicos são lideradas pelo CBA. Pelo CBA se constrói a solidariedade aos metalúrgicos de S. Paulo, aos trabalhadores da construção civil de Curitiba, aos Professores da rede estadual, ao movimento dos enfermeiros. Qualquer atentado contra os direitos humanos era denunciado no CBA e no CBA se adotavam as medidas para denunciá-los na imprensa e nas ruas.

Desta forma o Paraná se engajava exemplarmente na grande luta cívica da década de 70: A CAMPANHA PELA ANISTIA.

Hoje decorridos 16 anos, e depois de dois governos civis ainda deparamo-nos com injustiças inaceitáveis praticadas na época da Ditadura. Mais de 400 mortos pelas estruturas do terror militar entre identificados e desaparecidos continuam sem ser reparados. Continuam sem ser ANISTIADOS. Precisamos fechar esta página da história brasileira com a máxima dignidade. Os apucaranaenses Antonio dos Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi, o Maringense Alton Adalberto Mortari, O Major Cerveira e muitos outros brasileiros do Paraná e de outros Estados do Brasil esperam que não os esqueçamos. Esperam que lembremos aos nossos filhos e às gerações futuras que eles deram as suas vidas pela liberdade, pela justiça social, por um Brasil mais justo e solidário.

É em nome deles, em nome da decência e da dignidade brasileira, e em reconhecimento e louvor a sua coragem e desprendimento que exigimos:

Que no Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional inclua os seguintes pontos:

- A imediata formação de uma comissão Especial de Investigação e Reparação, em âmbito federal, constituída por representantes do Ministério Público, do Legislativo, da OAB, de Familiares de Mortos e Desaparecidos e dos Grupos "Tortura Nunca Mais" com amplos poderes para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos, exumar cadáveres, com o objetivo de esclarecer cada um dos casos de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos no Brasil (onde, como e por quem) no período de 1964 a 1985, e determinar reparações;

- A responsabilização oficial e reparação moral da União por estas mortes e desaparecimentos;

- Garantia aos familiares de enterrar todos aqueles que tiveram seus corpos ocultados, muitos mortos e todos os desaparecidos.

- Compromisso por parte do Governo Federal de abrir irrestritamente os Arquivos da repressão política existentes sob sua jurisdição.

- Compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas envolvidas com os crimes da Ditadura militar.

NARCISO PIRES

(Integrante do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná)

### CONTACTOS

Narciso Pires 041-253-2116

Isáias Decker (Zaza) fone/fax 041-253-9266

Antonio Claret fone/fax 041-253-3110

## Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Antônio Belinati e com a presença dos seguintes Deputados: Dr. Rosinha, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Toti Colaço, Edgard Bueno, Carlos Simões, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, José Tavares e Caíto Quintana. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 301/95 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni; 02) Projeto de Lei n° 302/95 do Ministério Público-Procuradoria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni; 03) Projeto de Lei n° 300/95 do Ministério Público-Procuradoria. O Deputado Luiz Claudio Romanelli havia solicitado vistas e apresenta voto em separado para que o projeto seja convertido em diligência. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado - DEFERIDO; 04) Projeto de Lei Complementar n° 283/95 do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 253/95 do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator Eduardo Trevisan requer diligência - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei n° 324/95 do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Florisvaldo Fier; 07) Projeto de Resolução n° 29/95 do Deputado Caíto Quintana que dá nova redação ao artigo 1° da Resolução n° 01/92. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares, com voto separado do Deputado Florisvaldo Fier; 08) Projeto de Lei 197/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 164/95 do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 10) Proposição Veto n° 27/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 11) Proposição Veto n° 21/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 130/95 do Deputado Ricardo Chab; 12) Proposição Veto n° 22/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 78/95, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti; 13) Proposição Veto n° 24/95 do Poder

Executivo que veta o Projeto de Lei n° 136/95 do Deputado Joel Coimbra; 14) Proposição Veto n° 25/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 135/95 do Deputado Joel Coimbra. O Deputado Relator Carlos Simões apresenta pareceres contrários aos presentes Vetos por estarem fora do prazo. O Deputado Valdir Rossoni diz que foi encaminhado na data certa e que por erro da assessoria da presidência desta Casa não foi protocolado na data certa. O Deputado Antonio Annibelli apresenta os seguintes vetos: 15) Proposição Veto n° 28/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 139/95 do Deputado Joel Coimbra; 16) Proposição Veto n° 29/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 125/95 do Deputado César Seleme. O Deputado Relator Antonio Annibelli apresenta seus pareceres solicitando conversão em diligência para que esclareça tais matérias e sugere que todos procedam da mesma forma. O Senhor Presidente coloca em votação a sugestão - APROVADA; 17) Projeto de Lei n° 18/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini à Emenda de Plenário - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado José Tavares; 18) Projeto de Lei n° 265/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Annibelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 198/95 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Annibelli - APROVADO; 20) Projeto de Resolução n° 22/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Annibelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 288/95 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 255/95 do Deputado Antônio Annibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Annibelli, Antonio

Belinati, Carlos Simões, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Toti Colaço, José Tavares, Luiz Claudio Romanelli, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Nelson Justus e Plauto Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 304/95 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - à Emenda n° 01 de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 300/95 do Ministério Público - Procuradoria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 324/95 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL na forma da Emenda Substitutiva em anexo do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Emerson Nerone, Toti Colaço, Carlos Simões e José Tavares. O Deputado Emerson Nerone apresentou voto em separado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, e contando com a presença dos seguintes Deputados Jocelito Canto, Edson Lino e Basílio Zanusso. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 169/95, de autoria do Deputado Nereu Moura. Com Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Accorsi; 02) Projeto de Lei n° 157/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 219/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Silva Lino - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 081/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
Osmar Prestes - Secretário